



2018

*RELATÓRIO
E CONTAS*



celso
CP A

ÍNDICE

A EMPRESA	1
CONTRATOS PROGRAMA – RAA.....	22
INVESTIMENTOS.....	24
RECURSOS HUMANOS	26
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	31
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	40
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.....	45
ÓRGÃOS SOCIAIS.....	78
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	87
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	89

Dir *A*
CP

A EMPRESA

Notas Introdutórias

A Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., pertence ao Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores e tem por missão a prestação de serviços de primeira venda de pescado, bem como o apoio ao setor da pesca e respetivos portos nas nove ilhas do arquipélago, sendo duplamente tutelada pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia e Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial. Em conformidade com o artigo 20.º dos seus estatutos, desempenha serviços de interesse público geral a nível da exploração, prestação de serviços e investimentos nos portos de pesca da RAA.

No âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018, de 20 de junho de 2018, que concretizou o processo de reestruturação do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores (SPER), o grupo Lotaçor procedeu, em setembro de 2018, à extinção da empresa Espada Pescas, Unipessoal, Lda., através de um processo de fusão por incorporação na Lotaçor, bem como à extinção da empresa Companhia – Sociedade Pesqueira, Lda., através de um processo de fusão por incorporação na Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA, prevendo alienar cerca de 80% do capital desta última, em 2019.

O ano de 2018, foi um ano excecional em termos operacionais, em consequência do excecional volume de pescado descarregado, com 12 mil toneladas no total, sendo 7 mil toneladas provenientes de tunídeos, com reflexo na primeira venda em lota, no aluguer de frio, produção de gelo e operações nos portos de pesca, bem como também nas contas da empresa.

No final do ano foi revisto o Acordo de Empresa da Lotaçor, algo que não era concretizado há 10 anos, o que permitiu rever por completo todo o acordo, criar e extinguir categorias e cargos, adaptando o documento a uma nova realidade da empresa e da Região, concedendo novos benefícios aos trabalhadores, sem por em causa a sustentabilidade futura da Lotaçor.

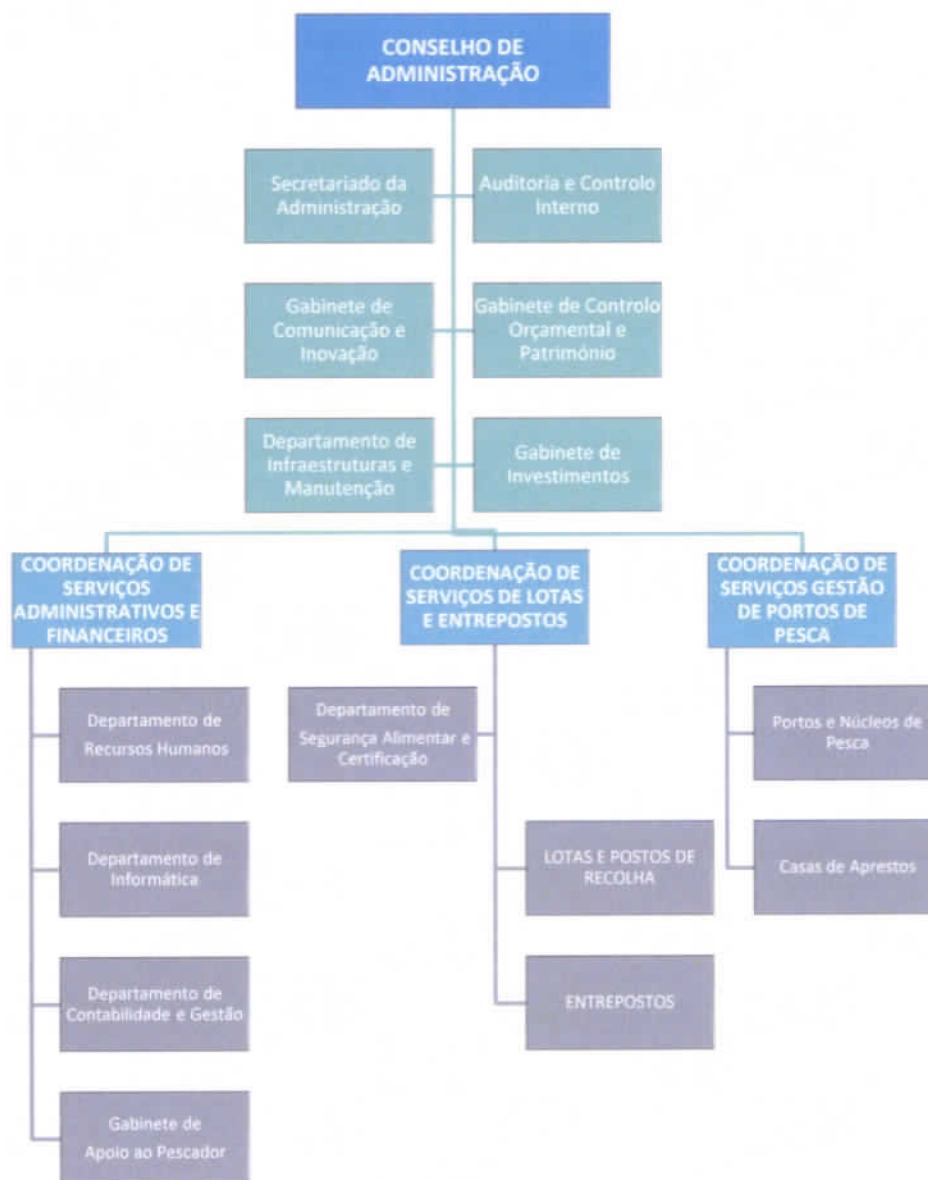
Informações Gerais

Designação:	Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA
Estatutos:	Decreto Legislativo Regional nº. 19/2005/A, de 22 de julho
Objeto Social:	Realização de todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, a exploração de portos de pesca e lotas, bem como a exploração das instalações e equipamentos frigoríficos destinados à congelação, distribuição e comercialização do pescado da Região Autónoma dos Açores, exercendo ainda outras atividades que estejam relacionadas, direta e indiretamente, no todo ou em parte com o seu objeto principal, designadamente através da prestação de outros serviços necessários à atividade das embarcações de pesca. Em conformidade com o artigo 20º. dos estatutos desempenha serviços de interesse público geral, a nível da exploração, prestação de serviços e investimentos nos portos de pesca da RAA.
Capital Social:	12.545.000 €
NIF:	512 013 322
C.A.E. Principal:	03111 Pescas Marítimas
C.A.E. Secundária:	35302 Produção de Gelo 52101 Armazenagem Frigorífica
Estrutura Acionista:	100% do capital detido pela Região Autónoma dos Açores
Participação Financeira Noutras Empresas:	100% do capital social da empresa Santa Catarina - Indústria Conserveira, SA
Sede:	Rua Eng.º. Abel Féris Coutinho, 15, 9500-191 Ponta Delgada (Açores)
Contactos:	Tel.: 296 302 580 Fax: 296 302 589 E-mail: info@lotacor.pt Sítio internet: www.lotacor.pt

Organograma

A Administração da Lotaçor concluiu, em final de 2018, uma revisão da estrutura orgânica, que implicou a entrada em vigor, em 2019, de um novo organograma.

No entanto, o organograma que vigorou no ano de 2018 é o que se segue, sendo também o que serve de base ao formato em que é apresentado o Relatório e Contas de 2018.



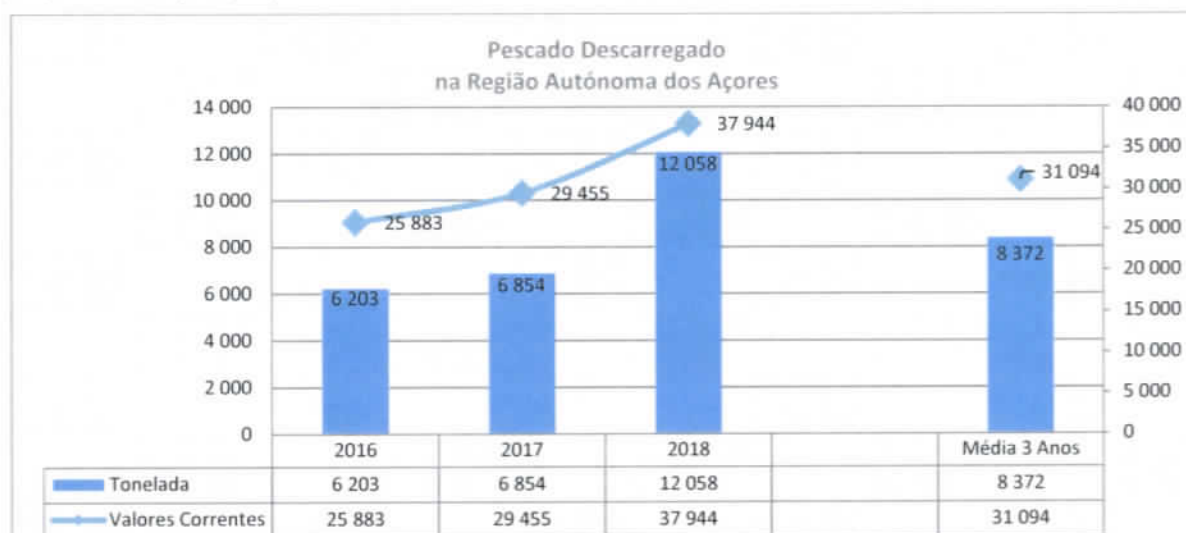
Atividade

Evolução do Pescado Descarregado na Região Autónoma dos Açores

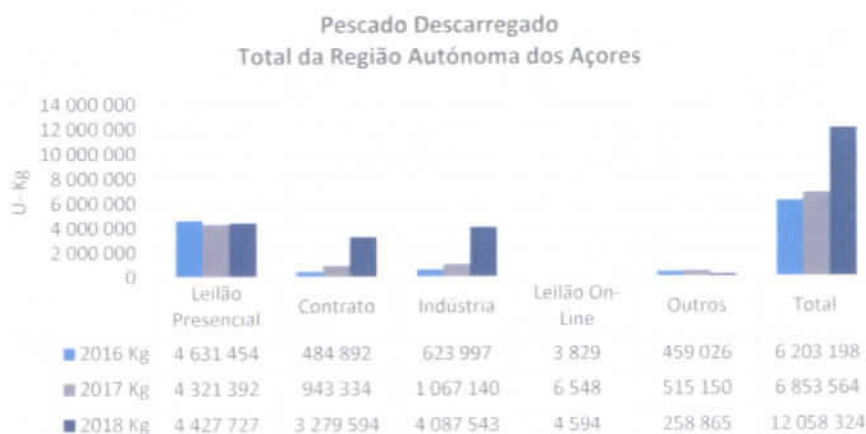
O ano de 2018 foi um ano excepcional no que concerne ao volume de pescado descarregado sendo o melhor dos últimos seis anos, na ordem das 12,1 mil toneladas e no valor de 37,9 milhões de euros.

O pescado descarregado na Região, em 2018, registou um acréscimo face a 2017 de cerca de 5,2 mil toneladas, ou seja, +75,9%, em resultado da safra de atum. O valor do pescado descarregado subiu, também, cerca de 28,8%, de 2017 para 2018. O forte peso dos tunídeos no total do pescado descarregado influenciou o preço médio por quilograma, tendo este baixado de 4,30 euros para 3,15 euros, por quilograma, de 2017 para 2018 (em termos globais o pescado descarregado diminuiu 1,15 euros por quilograma).

No gráfico abaixo mostra-se a evolução das descargas na RAA nos últimos três anos (2016 a 2018), em que se verifica que o ano de 2018 se situa muito acima da média de descargas dos últimos 3 anos, quando analisado em termos de volume (+44,0%) e de valor (+22,0%).



Em termos de quantidades descarregadas em 2018, o peso do pescado transacionado em lota (leilão presencial e on-line) foi de 36,8%, o pescado com destino à indústria 33,9% e o pescado transacionado por contrato de abastecimento direto 27,2%.



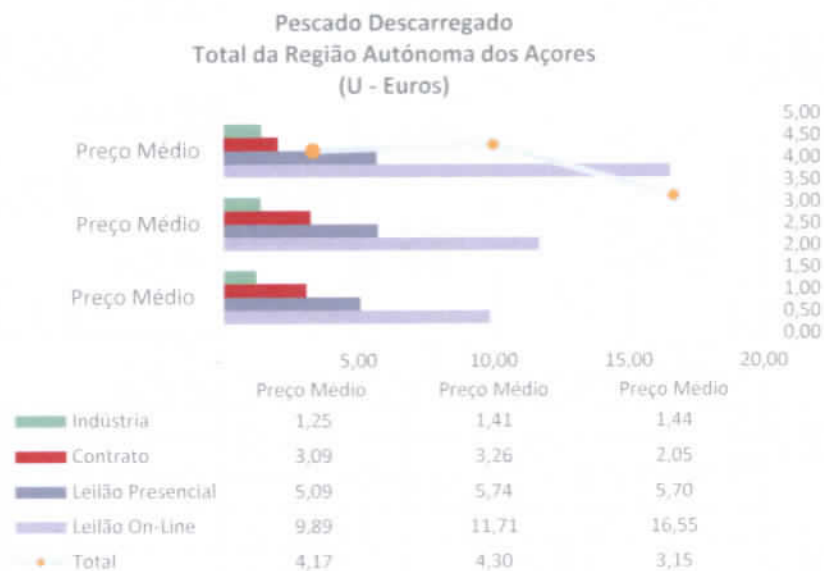
Handwritten signatures and initials in blue ink.

**Pescado Descarregado
Total da Região Autónoma dos Açores**



De ressaltar que, por força da Portaria 68/2016, de 1 de julho, da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, a Lotaçor registou, para fins estatísticos, pesagens de algas não destinadas ao consumo humano, no total de 231 toneladas em 2018, sendo de 474 toneladas em 2017. As algas não destinadas ao consumo humano representam cerca de 1,9% do total das quantidades de pescado descarregado na RAA, em 2018. Em termos de valor, estas algas não tiveram qualquer influência na estatística do pescado descarregado.

Os preços médios do pescado descarregado evoluíram da seguinte forma, ao longo do período em análise:



Tunídeos Descarregados

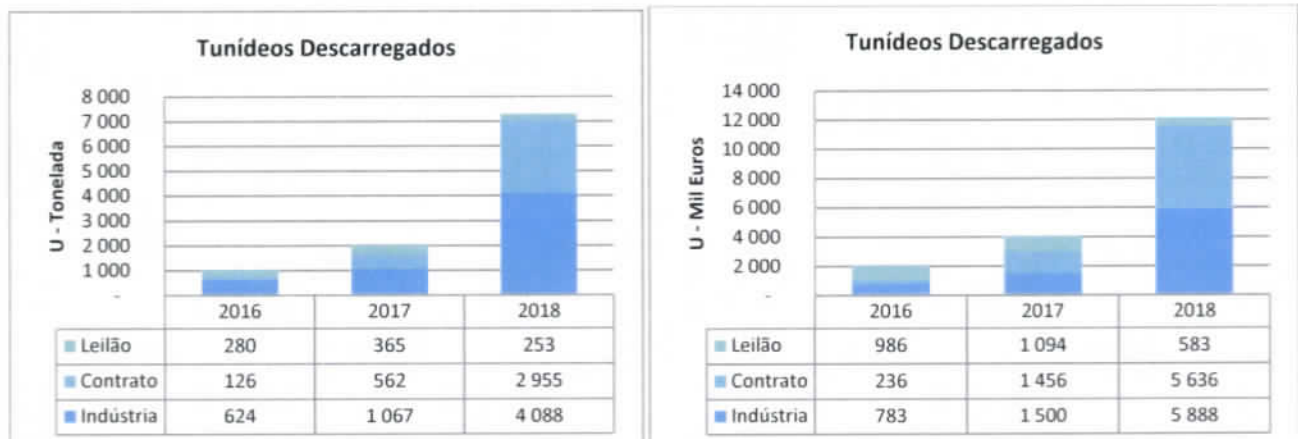
Os tunídeos descarregados em 2018, na ordem das 7.296 toneladas, representaram 60,5% do total das descargas em 2018, tendo quase quadruplicado, de 2017 para 2018 (+5.302 toneladas).

A espécie de atum mais descarregada em 2018 foi o Bonito, com 4.594 toneladas, seguindo-se o Patudo com 2.229 mil toneladas e o Voador com 472 toneladas.

No gráfico a seguir apresenta-se a evolução das descargas de tunídeos nos últimos 3 anos:



Em termos de distribuição, os tunídeos descarregados apresentaram a seguinte evolução:

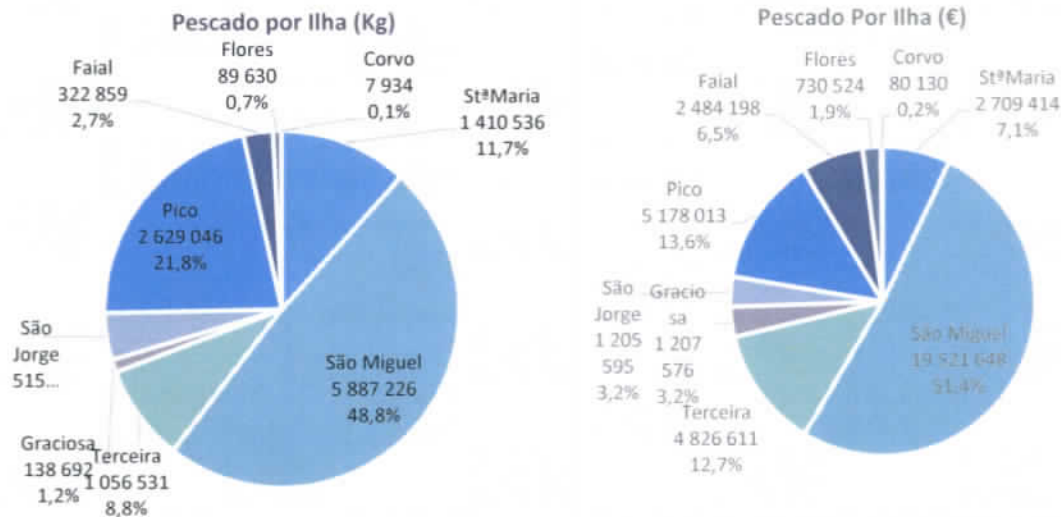


Evolução e Distribuição do Pescado Descarregado por Ilha

A ilha de São Miguel, em 2018, apresentou o maior peso das descargas (48,8%), seguindo-se o Pico com 21,8%, Santa Maria com 11,7%, a Terceira com 8,8%, o Faial com 2,7% e as restantes ilhas a totalizar 6,2%.

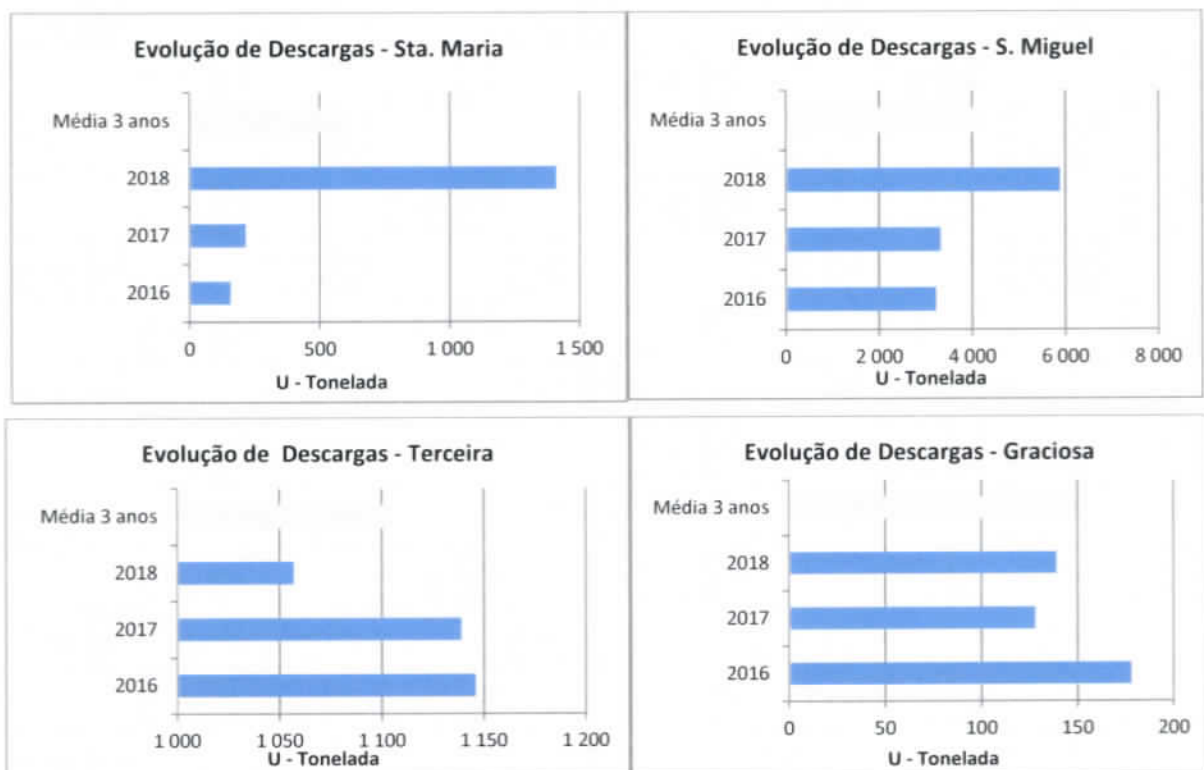
O encerramento do entreposto frigorífico da Horta, por motivo de obras em meados de 2018, explica a diminuição das descargas nessa ilha, visto que as embarcações foram descarregar os tunídeos no entreposto da Madalena (Pico), que fica a uma curta distância.

Handwritten signature/initials in blue ink.

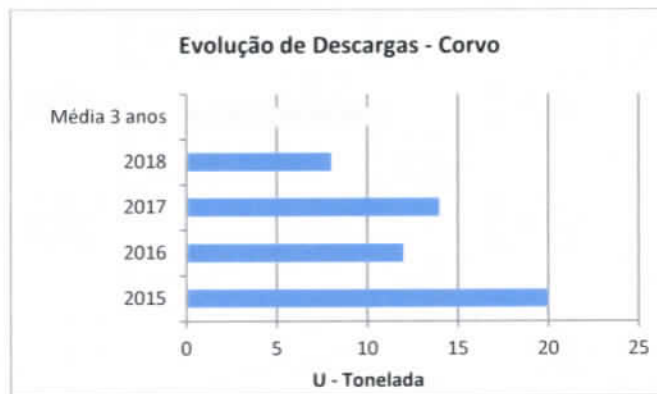
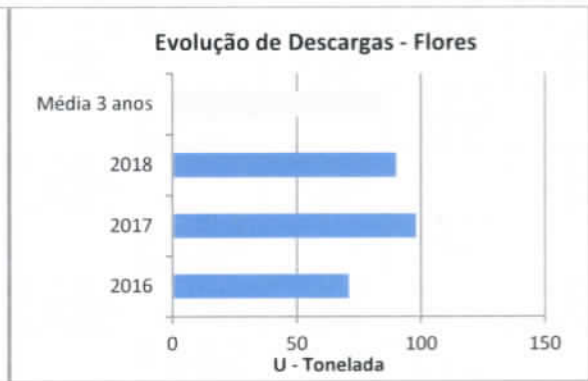
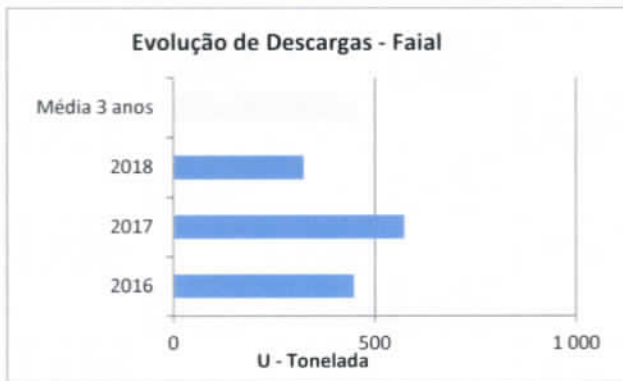
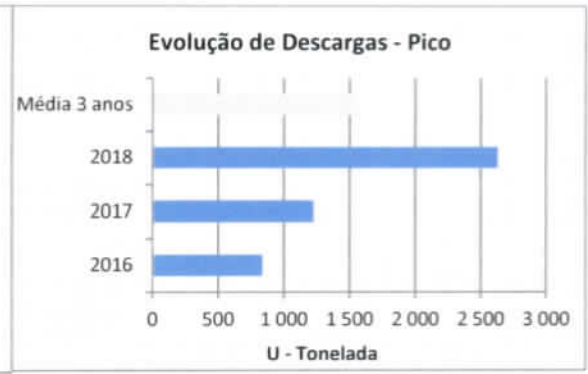
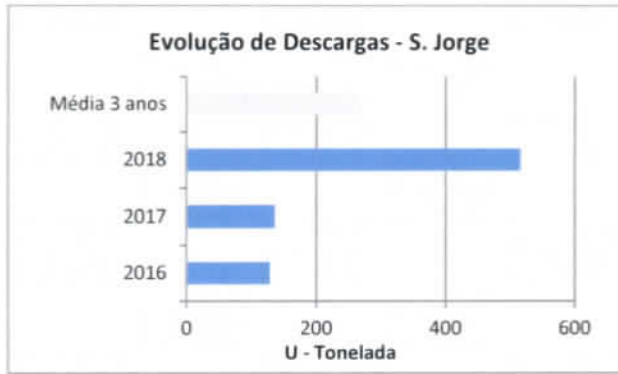


Em termos de valor, São Miguel representou 51,4%, o Pico 13,6% a Terceira 12,7%, e Santa Maria 7,1%, e as restantes ilhas cerca de 8,5%

Na análise comparativa entre 2018 e a média das descargas dos últimos 3 anos, destacam-se com crescimentos excecionais devido à excelente safra do atum, as ilhas de: Santa Maria (+137,1%), São Jorge (+98,0%) e Pico (+68,1%). Em sentido contrário, as ilhas da Terceira, Faial, Flores e Corvo, com uma diminuição do volume das descargas, respetivamente, em -7,2%, -43,6%, -8,2% e -42,9%.

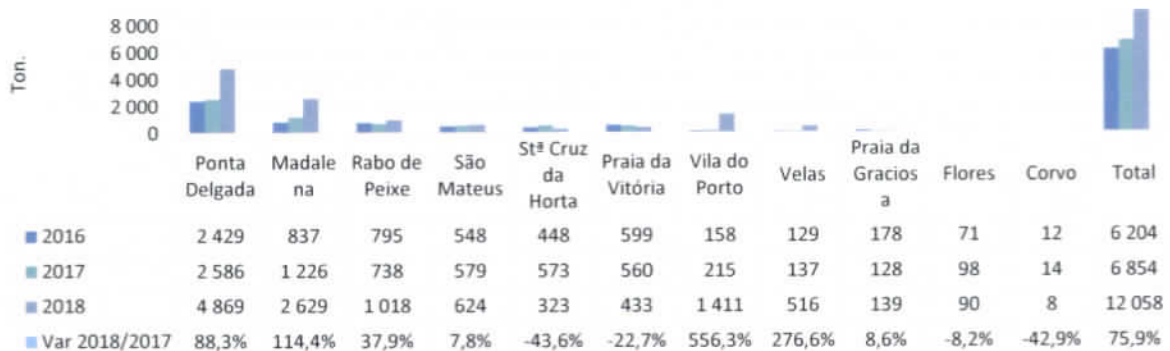


Handwritten initials and marks in blue ink.

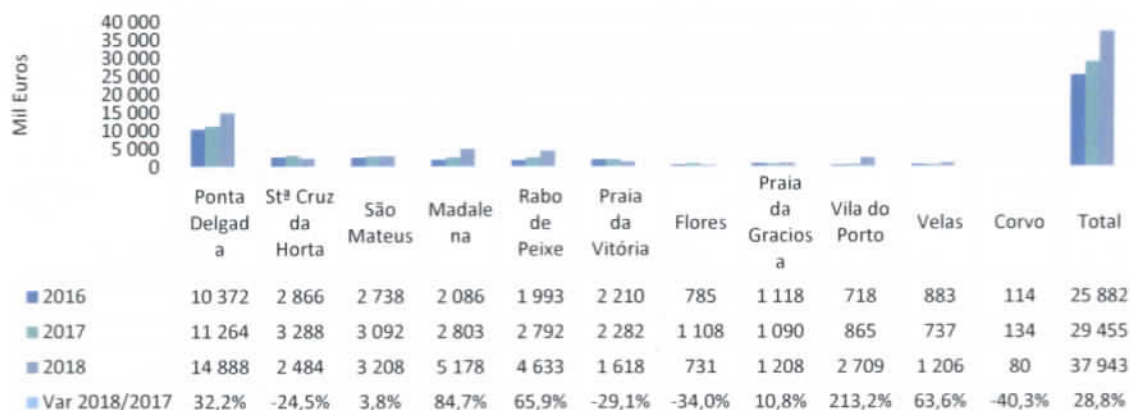


Pescado Descarregado por Lota

Descargas Por Lota

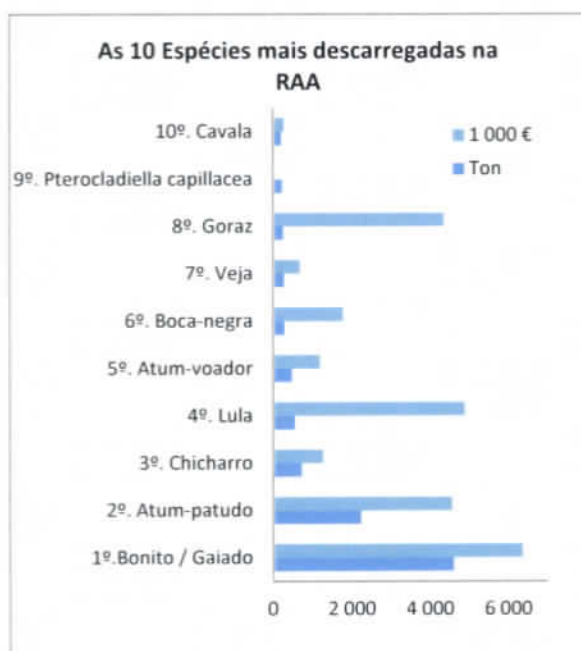


Descargas Por Lota



As 10 espécies mais descarregadas na RAA

No gráfico seguinte estão discriminadas as 10 espécies de pescado com maior volume de descargas na Região, em 2018, representando 81,3% e 66,7% do total das quantidades e valores do pescado, respetivamente.



Em termos de peso das descargas, destacam-se, nos primeiros três lugares, o bonito (4.594 toneladas), o patudo (2.229 toneladas), o chicharro (718 toneladas), cujas descargas cresceram em relação ao ano anterior em, 323,9%, 297,7% e 41,1%, respetivamente.

Da seleção das 10 espécies mais descarregadas, o goraz foi a espécie com maior preço médio em lota (17,2€/kg), seguindo-se a lula (8,92€/kg) e o boca-negra (6,27€/kg).

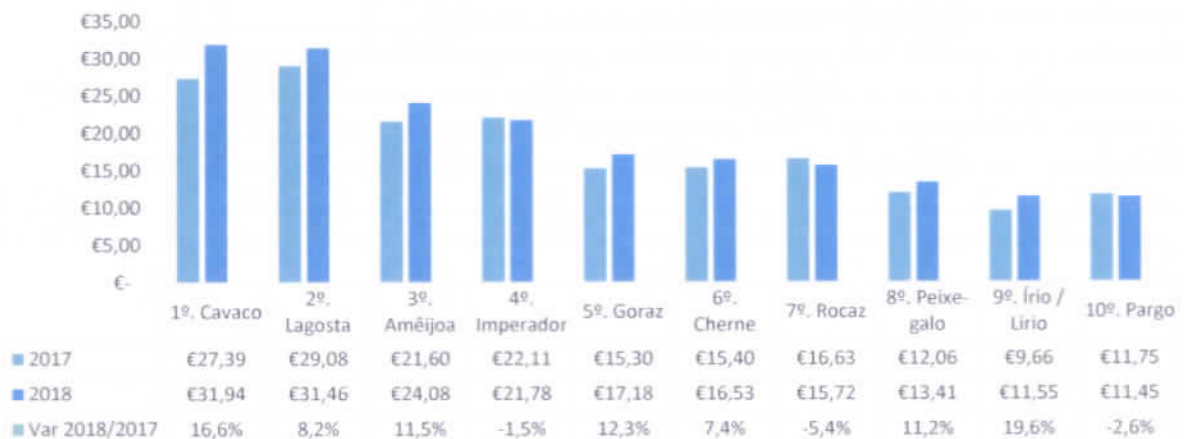
Preço Médio do Pescado da 10+ Espécies Descarregadas em Kg



As 10 espécies mais valorizadas (preço médio/kg mais elevado)

As dez espécies de pescado descarregado mais valorizadas em termos de preço médio, em 2018, foram as indicadas no quadro abaixo:

Preço Médio do Pescado das 10+ Espécies mais valorizadas



Coordenação de Serviços de Lotas e Entrepostos (CSLE)

Movimento das Lotas

Como já foi mencionado, o ano de 2018 foi anómalo em termos das quantidades descarregadas de pescado na RAA, tendo sido o melhor dos últimos seis anos, com cerca de 12.058 toneladas. É de salientar que 2018 foi o quarto melhor ano em termos de capturas dos últimos 24 anos.

Este aumento considerável face ao ano anterior (2017), de mais de 5,2 mil toneladas, deveu-se ao ano extraordinário na captura de Tunídeos. Face ao aumento das quantidades verificado, o valor do preço médio por quilo de pescado descarregado diminuiu de 4,30 euros para 3,15 euros/kg, de 2017 para 2018, o que representou uma diminuição de 1,15 euros/kg, ou seja -26,78%.

Se não forem considerados os tunídeos com destino à indústria, verifica-se que o pescado transacionado em lota cresceu 2,41% em quantidade, 1,81% em volume de vendas e diminuiu somente 0,58% em preço médio, o que corresponde a 0,03€/kg.

No total de 11 lotas e 30 postos de recolha, a maior fatia do pescado descarregado continuou a ser o da primeira venda através de leilão eletrónico (presencial e on-line) que representa 36,8%, onde se inclui apenas 4.594 kgs de vendas on-line (0,04%), seguindo-se o pescado transacionado por contrato destinado à indústria (33,9%), o pescado transacionado por contrato de abastecimento direto (27,2%) e 2,2% em outras formas, onde se engloba a caldeirada, o pescado rejeitado, retirado e as algas não destinadas ao consumo humano.



Taxas de Lota

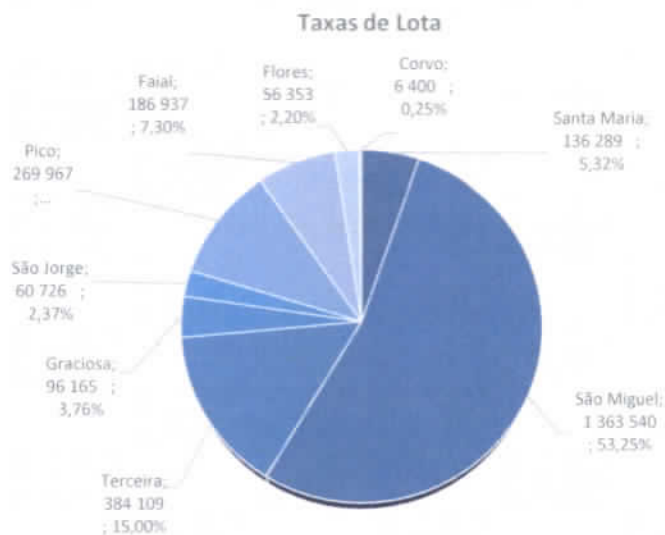
Em consequência do acréscimo do valor do pescado descarregado no ano de 2018, face a 2017, o montante global das receitas com taxas de lota aumentou cerca de 358 mil euros, ou seja, na ordem dos 16,3%, de 2017 para 2018.

U - Euros

Taxas de Lota	2016	2017	2018	Var 2018/2017	Var 2018/2017 (%)
Produtor	997 610	1 103 993	1 281 716	177 723	16,1%
Comerciante	983 563	1 091 634	1 275 226	183 592	16,8%
Pesagem de Algas	5 865	6 828	3 545	- 3 282	-48,1%
Total	1 987 039	2 202 454	2 560 487	358 032	16,3%

Este aumento distribuiu-se por ilha, de acordo com os seguintes gráficos:



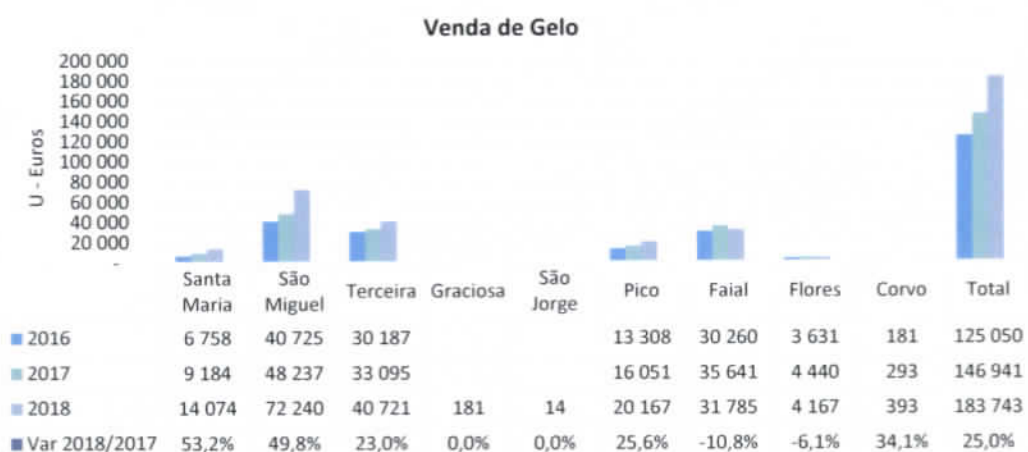


Venda de Gelo

A venda de gelo, em 2018, no montante de 184 mil euros, subiu 25,0%, de 2017 para 2018 (cerca de mais de 37 mil euros). Este aumento da faturação de gelo é proporcionalmente superior ao aumento do pescado transacionado em lota, o que reflete, não só o maior controlo na faturação da venda de gelo, como também o efeito do novo preçário, resultantes da Portaria n.º 24/2018, de 19 de março (Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas, Entrepostos, Postos de Recolha, e Veículos de Recolha da RAA).

A Lotaçor, em 2018, tinha ao seu serviço 50 máquinas de produção de gelo, o que a capacitou para a produção de 199 toneladas diárias.

Verificaram-se as seguintes vendas de gelo por ilha e respetiva evolução:

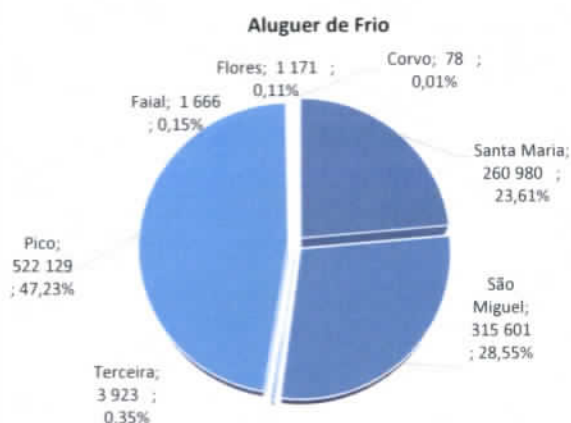


Movimento dos Entrepostos Frigoríficos

Os proveitos provenientes dos serviços de aluguer de frio (congelação e conservação) são totalmente condicionados pelas quantidades de atum descarregado, pelo que se verificou um aumento excecional desta rúbrica, de 2017 para 2018, na ordem de cerca de 953 mil euros, resultante do aumento do volume de pescado e das alterações ao tarifário resultantes da Portaria n.º. 24/2018, de 19 de março (Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas, Entrepostos, Postos de Recolha, e Veículos de Recolha da RAA).



Os valores apurados por ilha foram os seguintes:



No quadro abaixo enumera-se as infraestruturas frigoríficas adstritas à Coordenação de Lotas e Entrepostos:

INSTALAÇÕES FRIGORÍFICAS E MÁQUINAS DE GELO		2018
Entrepostos de grande dimensão		3*
Entrepostos de média e pequena dimensão		7

(*Não contabilizando o entreposto da Horta que se encontra encerrado para requalificação.)

O que capacita a Lotaçor para:

- Mais de 343 toneladas de congelação diária,
- Mais de 5.216 toneladas de conservação em congelados.

A Lotaçor, sendo uma empresa prestadora do serviço de primeira venda de pescado fresco e de congelação e conservação de pescado congelado nos entrepostos frigoríficos dos Açores, tem vindo, de forma continuada ao longo dos anos, a modernizar e melhorar as suas instalações e procedimentos, com vista a enquadrar-se de forma eficiente na legislação em vigor, relativamente à segurança alimentar.

Em 2018, prosseguindo este objetivo, a Lotaçor melhorou o sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do HACCP, adaptado às especificidades de cada um dos seus estabelecimentos.

Este sistema assenta essencialmente nos seguintes pré-requisitos:

- Capacitação (saúde e competência do trabalhador);
- Qualidade da água e do gelo;
- Controlo de pragas;
- Resíduos e efluentes;
- Manutenção da cadeia de frio;
- Higiene do pessoal, das instalações e dos equipamentos;
- Manutenção.

Por delegação de competências dos serviços oficiais, as médicas veterinárias, do quadro de pessoal da Lotaçor, deram continuidade ao serviço de inspeção sanitária do pescado transacionado, nas Lotas da ilha de São Miguel, e de decisão sobre o destino a dar ao pescado considerado “impróprio para consumo”.

Foram realizadas, em 2018, diversas auditorias internas aos edifícios e ao sistema HACCP implementado nas lotas, postos de recolha e entrepostos frigoríficos da Lotaçor. Em 2018, a certificação do sistema HACCP foi estendida ao Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada e mantida nos seguintes estabelecimentos:

Ilha de Santa Maria

- Entreposto Frigorífico de Vila do Porto
- Lota de Vila do Porto

Ilha de São Miguel

- Lota de Ponta Delgada
- Lota de Rabo de Peixe

Ilha da Terceira

- Lota da Praia da Vitória
- Lota de São Mateus

Ilha da Graciosa

- Lota da Praia

Ilha de São Jorge

- Lota das Velas

Ilha do Pico

- Lota da Madalena
- Entreposto Frigorífico da Madalena

Ilha do Faial

- Lota de Santa Cruz da Horta

Ilha das Flores

- Lota de Santa Cruz

Ilha do Corvo

- Lota do Corvo

A Lotaçor continuou o seu esforço para garantir a aplicação das regras de higiene e segurança alimentar impostas pela legislação em vigor, melhorando progressivamente a qualidade dos seus serviços e a segurança dos produtos transacionados nas suas instalações.

Coordenação de Serviços de Gestão de Portos de Pesca (CSGPP)

Por delegação de competências do Governo Regional dos Açores, a Lotaçor gere 37 portos e 13 núcleos de pesca dos Açores, bem como os seus equipamentos e infraestruturas de apoio.

Neste âmbito, a Coordenação de Serviços de Gestão de Portos de Pesca é responsável pelas áreas operacionais nos portos e núcleos de pesca e respetivas infraestruturas de apoio, bem como limpeza e higiene, casas de aprestos, gestão de utilização dos equipamentos auxiliares de alagem e gestão de acesso aos portos com controlo de acesso.

Em 2018, o trabalho desenvolveu-se de forma mais ativa nas áreas de gestão de casas de aprestos, das recolhas de lixos, resíduos e óleos usados e em situações sobre medidas e critérios de uso dos meios disponíveis para fazer "aparelho". De forma a uniformizar os serviços, as matérias relativas a reparação, conservação e manutenção de equipamentos, da área dos portos de pesca, passaram a ser tratadas e resolvidas por serviço interno da empresa exclusivamente dedicado a estas funções.

Houve progressos significativos quanto ao respeito pelo uso e recurso aos equipamentos de alagem, ainda que os abusos não tenham sido completamente eliminados. Quanto a isso, o caminho que se vem trilhando, de maior disciplina e exigência, pode ajudar no objetivo de virem a ser usados apenas e só quando efetivamente seja indispensável.

Os portos e núcleos de pesca da Praia da Graciosa, Praia da Vitória, S. Mateus da Calheta, Ponta Delgada, Caloura, Vila Franca do Campo, Ribeira Quente, Rabo de Peixe e Vila do Porto estão equipados com meios para recolha de óleos usados dos motores das embarcações de pesca.

No quadro abaixo descreve-se o número de casas de aprestos, rampas de alagem e ecopontos com meios de recolha de óleos usados. De referir que se pretende que venham a ser instalados ecopontos com meios de recolha de óleos usados em todos os portos e núcleos de pesca onde tal se justifique.

	2016	2017	2018
Nº. de Cavaletes para feitura de aparelhos de pesca	19	19	19
Nº. de Rampas de Alagem	59	59	59
Nº. de Casas de Aprestos	671	671	723
Nº. de Travel Lift	6	6	6
Nº. de Armazéns Comerciais	12	12	12
Nº. de Oficinas de Reparação Naval	8	8	8
Ecopontos (com meios de recolha de óleos usados)	9	9	14

De referir que algumas casas de aprestos foram transformadas em espaços para prestação de outros serviços nomeadamente, no Corvo, nas Flores (em Santa Cruz e nas Lajes), e em São Miguel (Porto Formoso Mosteiros e Lagoa).

Coordenação de Serviços Administrativos e Financeiros (CSAF)

A Coordenação de Serviços Administrativos e Financeiros é responsável pelos serviços da estrutura da empresa, nomeadamente: Departamento de Informática, Departamento de Contabilidade e Gestão e o Departamento de Recursos Humanos. O Gabinete de Apoio ao Pescador já se encontrava extinto em final de 2018.

A CSAF é uma das áreas a reestruturar em 2019. As suas principais atividades em 2018, repartidas pelos diversos departamentos, detalham-se como se segue.

Departamento de Informática

O Departamento de Informática da Lotaçor mantém a sua vertente elementar no apoio e desenvolvimento às tecnologias responsáveis pelos leilões informatizados, quer na sua vertente base, quer na sua integração com os diversos departamentos da empresa, garantindo o normal funcionamento da mesma.

É o departamento que gere as bases de dados da empresa e reporta informação para diversas entidades oficiais, de carácter legal e estatístico de elevada importância.

Em 2018, foi adjudicada uma nova página da internet desenvolvida numa linguagem atual, que vem permitir à Lotaçor o desenvolvimento de novos conteúdos, não só de apoio a armadores e compradores, mas também de áreas destinadas ao público em geral. Um novo sistema de estatísticas do pescado descarregado, bem como informação relativa à sustentabilidade do sector são aspetos contidos na nova página.

O processo de marcação do pescado nas lotas, após o seu período de aperfeiçoamento normal da aplicação, é já uma realidade em algumas lotas da região. Em breve, através de site próprio, os consumidores poderão identificar através da etiqueta constante na espécie, informação relativa à sua origem, nomeadamente a zona de pesca, a arte utilizada, a embarcação responsável pela sua captura, entre outras.

Também em 2018 arrancou uma nova aplicação de gestão dos entrepostos frigoríficos, que para além dos aspetos de interligação com a contabilidade da empresa, veio permitir uma gestão integrada destas unidades de frio, garantindo a gestão do pescado à guarda da Lotaçor de uma forma mais célere e eficaz.

Departamento de Contabilidade e Gestão

Na atividade deste serviço destaca-se a continuidade das medidas implementadas, marcadas continuamente por um controlo cada vez mais rigoroso das normas internas da empresa, na articulação com os diversos serviços, destacando-se o controlo rigoroso dos nossos fornecedores e clientes e nos pagamentos e recebimentos do pescado transacionado em lota.

Neste âmbito, foi dado especial ênfase ao controlo de crédito de clientes, através do controlo automático de compras de pescado, com base nos diversos plafonds atribuídos.

À imagem dos anos anteriores, o departamento empenhou-se no cumprimento da calendarização interna de tarefas envolvendo toda a equipa, de forma a serem cumpridos rigorosamente os prazos do fecho contabilístico mensal, respondendo assim ao controlo de gestão atempado e à comunicação de dados ao acionista.

Foram, igualmente, tomadas novas medidas de controlo mais exigentes no que concerne aos descontos efetuados pelas embarcações para aquisição de isco, bem como de outros descontos efetuados pelos armadores.

O ano de 2018 ficou também marcado pela consolidação do serviço relacionado com o processamento de Serviço de Segurança Social da Pesca, assumido por este departamento em finais de 2017.

Departamento de Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos sofreu diversas alterações no ano de 2018, demonstrando um cuidado assertivo por parte da Lotaçor, onde são notórios os benefícios resultantes das alterações na sua orgânica, quer a nível físico quer a nível do quadro de pessoal.

No aspeto físico, este departamento está instalado numa nova área do edifício Sede da empresa, com proximidade ao Gabinete de Medicina no Trabalho e com acesso direto por parte de todos os colaboradores da empresa.

As exigências, quer ao nível de modernidade quer ao nível de responsabilidades, que já se refletiram no seu desempenho em 2018, levaram este departamento a reorganizar todos os seus procedimentos e documentação afeta aos recursos humanos, dos quais destacamos:

- O processamento dos salários e encargos devidos;
- A gestão da contratação, de acordo com a legislação em vigor;
- O plano de formação da Lotaçor;
- A medicina no trabalho;
- A reconversão/atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- A implementação do novo regulamento de proteção de dados;
- As novas metodologias na comunicação interna da empresa;
- O acompanhamento e apoio aos técnicos de higiene e segurança;
- O acompanhamento dos processos relacionados com acidentes e trabalho.

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

A organização e gestão das infraestruturas e equipamentos disponíveis na rede de frio da Região Autónoma dos Açores reveste-se de elevada importância para a consecução dos objetivos traçados para o setor das pescas.

A disponibilidade e operacionalidade dos equipamentos à disposição da rede de lotas, entrepostos frigoríficos e portos de pesca da Região são fatores que contribuem fortemente para a boa prestação dos serviços que a Lotaçor coloca à disposição do setor das pescas.

Tendo como objetivos principais uma execução orçamental rigorosa e o cumprimento do plano de intervenções traçado, relativamente aos custos de conservação e reparação de equipamentos, o exercício relativo ao ano 2018 fechou com o valor de 426 mil euros que, comparativamente a 2017, que terminou com o valor de 376 mil euros, representa um aumento de 13,3% nos referidos custos. A variação em parte é justificada pelo reforço na requalificação do edificado, que em 2018 representou um aumento de 59%. Face à idade da maioria das viaturas constituintes do parque automóvel, houve necessidade de dar continuidade à conservação do mesmo, verificando-se um ligeiro acréscimo de cerca de 9% face a 2017.

Relativamente à conservação e reparação de equipamentos básicos, regista-se um acréscimo de 4,5% face a 2017, que se justifica pelo acréscimo de custos com alguns equipamentos mais antigos. Relativamente ao orçamento para 2018 a execução foi cerca de 11% inferior, permitindo afirmar a continuidade e rigor dos resultados.

Dos investimentos realizados em 2018, destacam-se: a instalação de barreiras no porto de pescas de Rabo de Peixe no valor de cerca de 24 mil euros; a renovação da iluminação no porto de pescas de Vila Franca do Campo, no valor de 6 mil euros; a instalação de frio em viaturas da recolha de pescado, no valor de cerca de 6 mil euros; a implementação de software para gestão da manutenção e parque de equipamentos, no valor de cerca de 15 mil euros.

Gabinete de Comunicação e Inovação

Regulamento Geral da Proteção de Dados

Com a aplicação, em 25 de maio de 2018, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, a Lotaçor deu início à elaboração do seu sistema de proteção de dados pessoais e nomeou e notificou à Comissão Nacional de Proteção de dados um Encarregado da Proteção de Dados.

Foi elaborada a Política de Proteção de Dados Pessoais, publicitada na página da internet, feito um levantamento exaustivo dos procedimentos e impressos existentes e uma avaliação dos que tratam ou não dados pessoais e foi preenchida a matriz RGPD.

Ao longo do ano de 2019 será feita a descrição de todos os microprocessos e a uniformização dos documentos a utilizar, bem como a adaptação da matriz e dos procedimentos à nova orgânica da Empresa.

Em breve será também elaborada uma matriz de diagnóstico para avaliação dos riscos de violação do RGPD e respetivas medidas mitigatórias, após o que será proposto um sistema de PD e ações de sensibilização e formação na área da proteção de dados pessoais.

Comunicação

Toda a comunicação da empresa, externa e interna, encontra-se a cargo do gabinete.

A nível externo, contribui para a introdução de informação e notícias na página da internet, bem como na página na rede social Facebook, e para a produção de artigos para a comunicação social.

A nível interno, registamos a manutenção da informação na INTRANET e a produção da Newsletter trimestral.

A página da internet está neste momento a ser redesenhada, estando programada a sua mudança de imagem e de conteúdos ao longo de 2019. A introdução dos conteúdos passará a ser feita diretamente pelo gabinete.

Participação em Feiras e Exposições

A Lotaçor está presente nas feiras e exposições regionais, nacionais e internacionais que o Conselho de Administração, sob proposta do gabinete, considera relevantes para a divulgação do pescado fresco dos Açores.

Em 2018, as feiras mais relevantes onde a Lotaçor esteve presente foram o SISAB, em Lisboa, a *European Seafood Exhibition*, em Bruxelas, a Conxemar, em Vigo, o Peixe em Lisboa, entre outras.

Vendas de Pescado “Online”

Dando seguimento à sua missão de promover e valorizar o peixe dos Açores, a Lotaçor, desde outubro de 2016, disponibilizou a todos os seus compradores o sistema de leilão online, facilitando assim a promoção/comercialização do peixe dos Açores à escala global.

Esta nova ferramenta, apenas disponível na lota de Ponta Delgada, conta já com alguns inscritos e vendas efetivas a empresas nacionais e internacionais. Este sistema visa o acesso ao leilão de um maior número de compradores, independentemente da sua localização geográfica, permitindo valorizar, cada vez mais, o nosso pescado.

Não se prevê que este sistema de venda tenha impacto significativo nas aquisições dos compradores locais, uma vez que, historicamente, noutras lotas no continente e na Europa onde este sistema já funciona, o leilão é responsável por cerca de 5% a 10% das transações de pescado.

Desta forma, em 2018 foram vendidos remotamente a partir da lota de Ponta Delgada 4.593,55 kg de pescado, no valor de 76.037,66 € e um preço médio de 16,55 €/kg, em comparação com 4.864.217,81 kg, vendidos através do tradicional sistema de leilão presencial, no valor de 14.812.399,54 € e um preço médio de 3,05 €/kg, o que revela baixa percentagem em termos de quantidade, mas um preço médio muito interessante.

A venda on-line tem potenciado atividades de empresas locais relacionadas com a logística de embalagem e de expedição, necessárias a quem adquire pescado online a partir do exterior da Região.

Marcação de Pescado

A Lotaçor tem todas as espécies de pescado certificadas com o selo “Marca Açores – Certificado pela Natureza” e está a proceder à marcação experimental de três espécies (cherne, goraz e pargo), pretendendo-se estender a marcação às restantes com o objetivo de valorizá-las e consequentemente aumentar o rendimento dos pescadores e dos armadores açorianos.

A etiquetagem está a funcionar em fase de testes sendo que, no primeiro semestre de 2019, entrará em pleno funcionamento o sistema de rastreabilidade.

Gabinete de Controlo Orçamental e Património

Este gabinete é responsável por toda a informação de gestão, permitindo o acompanhamento e controlo orçamental dos diversos setores da empresa.

A cargo do gabinete está a produção do Orçamento e do Relatório e Contas da empresa, bem como a atualização constante do património da Lotaçor, atualização de documentação, bem como o apoio à gestão da carteira de seguros da empresa.

Gabinete de Investimentos

Este gabinete é responsável por todos os processos de contratação pública no que concerne às prestações de serviços para elaborações de projetos de empreitadas, de revisão de projetos, de fiscalização de empreitadas, empreitadas e aquisição de equipamentos. É também responsável por todas as candidaturas a sistemas de incentivos, respetivo acompanhamento, instrução de processos junto das diversas entidades com competência na matéria, e todas tarefas conexas.

Handwritten signature

Handwritten signature

CONTRATOS PROGRAMA – RAA

Anualmente é celebrado o contrato programa para a exploração e prestação de serviços nos portos de pesca, por conta da Região Autónoma dos Açores.

O contrato programa referente ao ano de 2018 foi celebrado em 28 de fevereiro de 2018, para vigorar entre 1 janeiro e 31 de dezembro de 2018. No quadro abaixo, apresentamos quadro comparativo 2016-2018, com a evolução do contrato por rúbricas:

U - Euros

Contrato Programa com a RAA - Exploração e Prestação de Serviços nos Portos de Pesca		2016	2017	2018
1.	Gestão e Administração Portos Pesca	1 624 615	1 957 068	1 964 432
2.	Gestão Investimentos Portos Pesca	678 900	814 680	807 966
3.	Exploração e Prestação de Serviços relacionados c/ Máquinas de Gelo	374 898	449 878	365 762
4.	Exploração e Prestação de Serviços relacionados c/ Equipamento Frio	733 093	879 712	1 422 384
5.	Exploração e Prestação de Serviços relacionados c/ Comércio Pescado	10 826	12 992	48 490
6.	Celebração Protocolos c/ Instituições de Crédito	26 280	24 006	320 370
Valor Total (Sem IVA)		3 448 613	4 138 335	4 929 405
Valor IVA (Taxa de 18% s/ 3, 4, 5)		201 387	241 665	330 595
Valor Total (C/ IVA)		3 650 000	4 380 000	5 260 000

De referir que a repartição por centros de custo, conforme espelhado no contrato programa, é sempre efetuada por estimativa, com base em dados históricos e previsões estimadas.

No quadro abaixo, faz-se a discriminação de todos os contratos programas assinados em 2018, incluindo o IVA. Todos os contratos programas foram integralmente recebidos durante o ano respetivo.

U - Euros

Contrato Programa com a RAA	2016	2017	2018
Exploração e Prestação de Serviços nos Portos de Pesca	3 650 000	4 380 000	5 260 000
Formar	241 233	241 000	289 200
Total (C/ IVA)	3 891 233	4 621 000	5 549 200

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

INVESTIMENTOS

Em 2018, o volume de investimentos foi cerca de 1,3 milhões euros, sendo que a quase totalidade, 1,1 milhão de euros, foi relativo a investimentos efetuados no entreposto frigorífico de Ponta Delgada, ilha de São Miguel. Destes 1,3 milhões de euros, cerca de 164 mil euros relacionaram-se com a aquisição de ativos de valores relativamente baixos (na sua maioria equipamento básico, equipamento administrativo, programas e equipamentos informáticos), que foram colocados ao dispor dos serviços da Lotaçor, de Santa Maria ao Corvo.

Mantinhm-se em curso, em 31 de dezembro de 2018, investimentos no montante aproximado de 187 mil euros.

	<i>U - Euros</i>
	2018
Prestação de Serviços de Ampliação do E.F. das Velas, S. Jorge	86.607,27
Prestação de Serviços de Reparação do E. F. da Madalena, Pico	65.835,00
Projeto de fiscalização e empreitada de requalificação do E F Vila do Porto, Santa Maria	9.161,60
Projeto de fiscalização e empreitada de requalificação do E F da Horta, Faial	21.400,00
Projeto de fiscalização e empreitada de requalificação do E F das Lajes, Flores	3.831,20
Totais	186.835,07

Handwritten initials/signature

RECURSOS HUMANOS

Caracterização dos Recursos Humanos**Distribuição dos colaboradores por coordenação de serviço**

O número de trabalhadores com vínculo à empresa, no final de dezembro de 2018, foi de 192, distribuídos da seguinte forma:

Administração	40
Coordenação de Serviços de Lotas e Entrepostos	126
Coordenação de Serviços Administrativos e Financeiros	18
Coordenação de Serviços de Gestão de Portos de Pesca	8

Distribuição dos colaboradores por ilha

Santa Maria	6
São Miguel	121
Terceira	21
Graciosa	3
São Jorge	4
Pico	14
Faial	19
Flores	2
Corvo	2

Distribuição dos colaboradores por tipo de contrato

Em 31 de dezembro de 2018, o número de trabalhadores totalizava 192, dos quais 14 são contratados a termo certo, 6 são contratados a termo incerto, 169 são quadros permanentes e os restantes 3 correspondem a outras situações.

No quadro e gráfico abaixo indica-se a repartição dos efetivos por tipo de contrato, onde se evidencia que 88% dos trabalhadores possui contrato permanente com a empresa, 7% dos trabalhadores tem um contrato a termo certo, os restantes 5% são referentes a contratos a termo incerto e outras situações.

De salientar que 84% dos trabalhadores são do sexo masculino (corresponde a um aumento de 1% face ao ano anterior).

Contrato permanente	88%
Contrato a termo certo	7%
Contrato a termo incerto	3%
Outros	2%

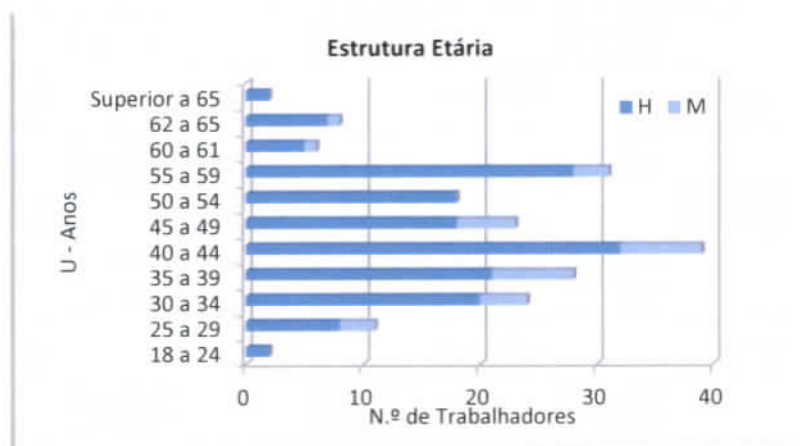
Handwritten initials/signature



Estrutura Etária

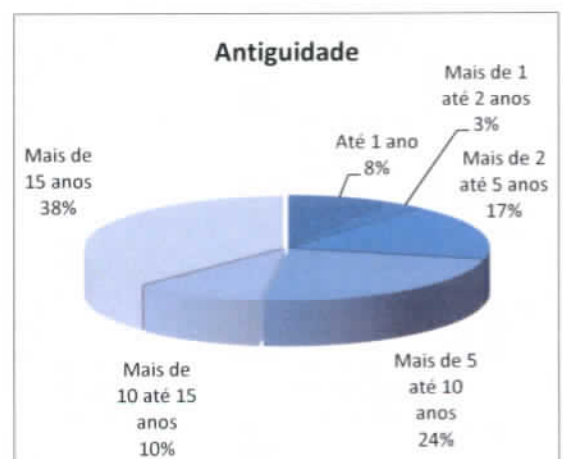
A média de idades dos colaboradores da Lotaçor situa-se nos 45 anos.

No gráfico abaixo, apresenta-se a distribuição dos trabalhadores por escalões etários, onde se verifica que os escalões dos 40 aos 44 anos, 55 a 59 anos, 35 a 39 anos, 30 a 34 anos, são os que incluem maior número de colaboradores (64%), seguindo-se o escalão dos 45 aos 49 anos (12%), dos 50 aos 54 anos (9%), dos 25 anos 29 anos (6%), dos 62 aos 65 anos (4%), dos 60 aos 61 (3%), dos 18 aos 24 anos e o escalão dos mais de 65 anos (2%).



Antiguidade

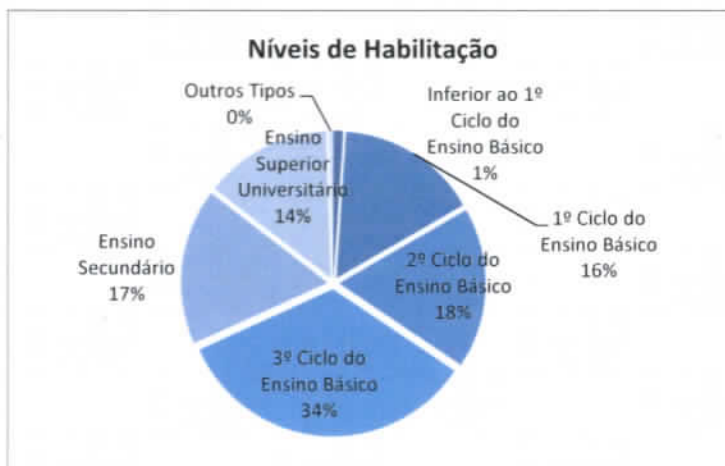
Cerca de 48% do pessoal (92 colaboradores) possui mais de 10 anos ao serviço da Lotaçor, conforme gráfico seguinte. Salienta-se que 24% (45 colaboradores) apresentam antiguidades entre 5 a 10 anos, 17% (33 colaboradores) antiguidades entre 2 a 5 anos e 11% (22 colaboradores) com antiguidade até aos 2 anos.



CS
P

Habilitações

Verificamos que 34% dos colaboradores possuem o 3º ciclo do ensino básico, 34% detêm o 1º e 2º ciclo do ensino básico, 17% têm o ensino secundário, sendo de 14% a percentagem de licenciados e apenas 1% dos colaboradores possuem escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico. Os níveis de habilitações repartem-se conforme gráfico a seguir indicado:



Formação Profissional

Como é possível verificar através do mapa abaixo indicado, os trabalhadores da empresa participaram em ações de formação, abrangendo as seguintes áreas:

Ação de Formação	Nº. Colaboradores	Carga Horária
Formação Interna - Higiene e Segurança Alimentar	101	3 Horas
Excel Avançado	1	21 Horas
Equivalência à Implementação RGPD - Intermediate	1	16 Horas
Team Building	46	8 Horas
Atendimento e Serviço ao Cliente	1	10 Horas
Representante do Trabalhador, Empregador e/ou Trabalhador Designado para a Segurança e HACCP e Flexibilidade associada	1	35 Horas
Gases Fluorados Categoria 1 B-Learning	2	14 Horas
Gases Fluorados Categoria 1 B-Learning	1	35 Horas
Encarregado Proteção de Dados	3	14 Horas
RGPD - O Presente e o futuro & Workshop - IT e a proteção de dados.	2	7 Horas
RGPD - A proteção de dados na Gestão de Recursos Humanos.	2	14 Horas
Programação de Automação Industrial.	1	705 Horas
Parasitas nos Produtos de Pesca	2	7 Horas

De salientar o esforço realizado no sentido de aumentar o número de horas de formação aos nossos colaboradores, sendo que em 2018 foram efetuadas 1.619 horas de formação, num total de 13 categorias de formação.

Medicina no trabalho

A empresa e os seus colaboradores continuam a contar com a colaboração da empresa *Cemital*. Em 2018, foram efetuados exames a 63 trabalhadores, nomeadamente 40 em São Miguel, 20 na ilha Terceira, 2 em Santa Maria, 1 no Faial.

Exames Médicos	18 a 49 anos	Mais de 50 anos	Total
Homens	32	24	56
Mulheres	7	0	7
Total	39	24	63

Handwritten signatures and initials:
Top right: *elin*
Middle right: *D*
Bottom right: *ey*

Taxas de acidentes de trabalho – função

Durante o ano de 2018 ocorreram 9 acidentes de trabalho, 7 em São Miguel, 1 no Faial e 1 na Terceira, sendo os sinistrados do sexo masculino.

A categoria dos sinistrados em São Miguel variou entre operador de equipamentos portuários, operador de lota e porto e fiel de armazém. Em relação ao acidente ocorrido Terceira a categoria do colaborador é a de encarregado de lota e na ilha do Faial a categoria é de operador de lota e porto. Em média, o período de interrupção para o trabalho foi de 86 dias.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ativo

U – Mil Euros

ATIVO	2016	2017	2018	Var 2018/2017	
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	17 265	20 775	21 902	1 127	5,4%
Ativos intangíveis	7	16	32	16	100,0%
Outros ativos financeiros	560	249	0	-249	-100,0%
Outros investimentos financeiros	10 925	12 878	12 605	-273	-2,1%
Total do Ativo Não Corrente	28 758	33 917	34 538	621	1,8%
Ativo Corrente					
Inventários					
Clientes	4 814	4 627	2 997	-1 630	-35,2%
Estados e outros entes públicos	62	64	110	46	71,9%
Outros Créditos a Receber	1 579	1 217	790	-427	-35,1%
Diferimentos	8	11	6	-5	-45,5%
Outros ativos financeiros	1 000		1 000		
Caixa e depósitos bancários	100	149	157	8	5,4%
Total do Ativo Corrente	7 563	6 068	5 060	-1 008	-16,6%
Total do Ativo	36 321	39 985	39 598	-387	-1,0%

Ativo não corrente

Os ativos fixos tangíveis, no montante de 21,9 milhões de euros, aumentaram, em termos líquidos de amortizações, cerca de 1,1 milhão de euros, de 2017 para 2018 (+5,4%), resultante dos investimentos realizados, principalmente, no Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada e da transferência do património da Espada Pescas. Os ativos intangíveis, no montante de cerca de 32 mil euros, dizem, essencialmente, respeito a programas informáticos e duplicaram em relação ao nível do ano anterior.

Fruto da fusão por incorporação da participada Espada Pescas, os outros ativos financeiros passaram de 249 mil euros para zero, de 2017 para 2018. Os outros investimentos financeiros no ativo não corrente (cerca de 12,6 milhões de euros) correspondem a empréstimos concedidos para reestruturação e saneamento financeiro da subsidiária Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.

Em termos globais, o ativo não corrente, no montante de cerca de 34,5 milhões de euros, registou um aumento de 621 mil euros, face a 2017 (+1,8%).

Ativo corrente

No ativo corrente, as dívidas de clientes, no montante de cerca de 3,0 milhões de euros em 2018, diminuíram consideravelmente, de 2017 para 2018, cerca de 1,6 milhões de euros (-35,2%), em resultado da conjugação da gestão das dívidas de clientes (redução de plafonds, incentivo à utilização do “confirming”), da fusão da Espada Pescas, bem como das imparidades efetuadas, de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

Os outros créditos a receber e diferimentos (ativo corrente) cifraram-se em cerca de 790 mil euros, e referem-se às dívidas após imparidades resultantes dos financiamentos bancários concedidos a armadores da pesca artesanal, com aval da

Lotaçor. A empresa está empenhada no recebimento destes créditos através de acordos ou com recurso à via judicial. Estas linhas de crédito foram extintas em 2017.

Os outros ativos financeiros, no montante de um milhão de euros em 2018, resultam da segunda alteração (20 de março de 2018) ao acordo financeiro celebrado entre a Lotaçor, SA, a Santa Catarina, SA, e a Região Autónoma dos Açores, de 15 de fevereiro de 2013.

Em 2018, os depósitos bancários e caixa, no valor de 157 mil euros, estão acima do ano anterior em cerca de 8 mil euros. Sendo assim, o ativo corrente, no montante de 5,1 milhões de euros, diminuiu, face a 2017, cerca de 1,0 milhão de euros (-16,6%).

Pela conjugação das variações atrás expostas, o ativo total (não corrente + corrente), de cerca de 39,6 milhões euros, diminuiu 387 mil euros, de 2017 para 2018, o que corresponde a uma ligeira diminuição de apenas 1,0%.

Capital Próprio e Passivo

U – Mil Euros				
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2016	2017	2018	Var 2018/2017
Capital próprio				
Capital subscrito	7 600	12 540	12 545	5 0,0%
Reservas legais + Outra Reservas	79	79	79	0 0,0%
Resultados transitados	-14 489	-16 666	-18 837	-2 171 13,0%
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	9 903	8 613	8 231	-382 -4,4%
<i>Resultado líquido do período</i>	-2 177	-2 150	-857	1 293 -60,1%
Interesses minoritários				
Total do Capital Próprio	916	2 417	1 161	-1 256 -52,0%
Passivo				
Passivo não corrente				
Estado e outros entes públicos	500	475	432	-43 -9,1%
Financiamentos obtidos	19 622	23 076	24 116	1 040 4,5%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	200	168	28	-140 -83,3%
Passivos por impostos diferidos				
Outras dívidas a pagar	1 692	1 544	1 601	57 3,7%
Sub Total - Passivo não corrente	22 015	25 263	26 177	914 3,6%
Passivo corrente				
Fornecedores	962	996	995	-1 -0,1%
Estado e outros entes públicos	259	297	384	87 29,3%
Financiamentos obtidos	9 137	8 629	8 008	-621 -7,2%
Outras dívidas a pagar	3 032	2 385	2 873	488 20,5%
Passivos financeiros + Passivos não correntes detidos para venda				
Sub Total - Passivo Corrente	13 390	12 306	12 261	-45 -0,4%
Total do Passivo	35 405	37 569	38 437	868 2,3%
Total do Capital Próprio e do Passivo	36 321	39 985	39 598	-387 -1,0%

Capital próprio

Pelo processo de fusão por incorporação da Espada Pescas, o capital próprio da empresa aumentou 5 mil euros, de 2017 para 2018. No entanto, quer por via do resultado líquido negativo do período (-857 mil euros), como por outras alterações reconhecidas no capital próprio, resultou que o capital próprio da empresa, em 31 de dezembro de 2018, fosse de 1.161 mil euros. Importa referir que a RAA deliberou um aumento do capital social de 975 mil euros, através da Portaria n.º 152/2019, de 14 de fevereiro, que foi materializado em fevereiro de 2019, após o fecho do exercício de 2018.

Passivo**Passivo não corrente**

As dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos no médio e longo prazo, no montante de 432 mil euros em 2018, dizem respeito, na sua maioria, ao acordo com a segurança social, que resultou na celebração, em anos anteriores, de planos de pagamento prestacionais com esta entidade. Este acordo está em fase de pagamento, não tendo sido celebrado mais qualquer acordo desta natureza na Lotaçor.

Os financiamentos bancários obtidos, classificados no médio e longo prazo, no montante de cerca de 24,1 milhões de euros, em 2018, aumentaram cerca de um milhão de euros (+4,5%), de 2017 para 2018. Há aqui a considerar o passivo da extinta Espada Pescas, assumido pela Lotaçor na sequência da fusão.

As outras dívidas a pagar no passivo não corrente, de cerca de 1,6 milhões de euros, em 2018, dizem respeito na sua totalidade, a ajustamentos em subsídios não reembolsáveis reconhecidos no capital próprio e mantiveram-se no mesmo patamar do ano anterior. Em 2017, esta rubrica, para além dos subsídios não reembolsáveis, englobava um plano de pagamentos com a EDA – Eletricidade dos Açores que, em 2018, foi transferido para o passivo corrente (Fornecedores) dado o prazo do respetivo vencimento.

Passivo corrente

As dívidas de fornecedores no curto prazo mantiveram-se ao mesmo nível de 2017, na ordem de um milhão de euros.

As dívidas ao estado e outros entes públicos no curto prazo (384 mil euros), aumentaram cerca de 87 mil euros, de 2017 para 2018.

Os financiamentos bancários obtidos, classificados no curto prazo, no montante de cerca de 8,0 milhões de euros, em 2018, diminuíram cerca de 621 mil euros (-7,2%), de 2017 para 2018.

As outras dívidas a pagar, cifrando-se em 2,9 milhões de euros, aumentaram cerca de 488 mil euros, de 2017 para 2018, resultante principalmente da contabilização de um adiantamento de um subsídio ao investimento (FEAMP).

Em termos gerais, o passivo corrente, no montante de cerca de 12,3 milhões de euros, diminuiu cerca de 45 mil euros, de 2017 para 2018.

Em 2018, o passivo da empresa (não corrente e corrente) totaliza cerca de 38,4 milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 868 mil euros, ou seja, mais 2,3% face ao ano anterior

Gastos

U - Mil Euros

GASTOS	2016	2017	2018	Var 2018/2017	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			184	184	nd
Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	117	174		-174	-100,0%
Fornecimentos e serviços externos	2 123	2 026	2 306	280	13,8%
Gastos com o pessoal	3 894	3 940	4 465	525	13,3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	134	980	465	-515	-52,6%
Outros gastos	226	267	1 320	1 053	394,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2 008	1 997	1 817	-180	-9,0%
Juros e gastos similares suportados	1 232	1 279	1 252	-27	-2,1%

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

As operações com o custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas, no montante de 184 mil euros, foram realizadas, na totalidade, pela Espada Pescas, antes da operação de fusão.

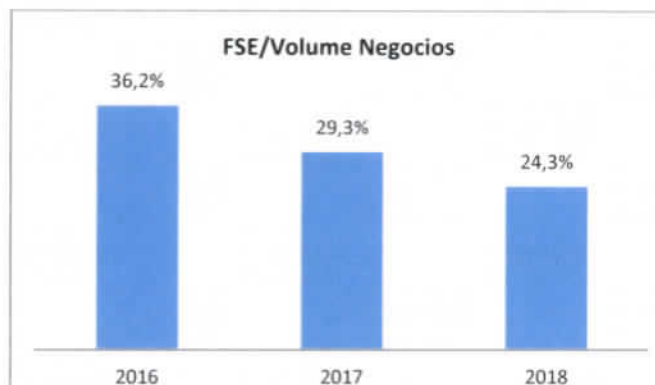
Fornecimentos e serviços externos

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, no valor de 2,3 milhões de euros, subiram 280 mil euros face ao ano anterior (+13,8%), explicada pela incorporação dos FSE da participada extinta em fusão por incorporação, a Espada Pescas (cerca de 138 mil euros), bem como pelo aumento dos gastos relacionados com o ano excecional de atum como, eletricidade, seguros e conservação e reparação.

U - Euros

Fornecimento e Serviços Externos	2016	2017	2018	Var 2018/2017
Subcontratos	59 503	51 797	46 434	-10,4%
Serviços Especializados	557 628	512 467	576 904	12,6%
Materials	56 165	47 375	41 375	-12,7%
Energia e Fluidos	907 857	912 282	973 768	6,7%
Deslocações, Estadas e Transportes	142 358	110 498	161 979	46,6%
Serviços Diversos	399 617	391 363	505 889	29,3%
	2 123 128	2 025 782	2 306 348	13,8%

O peso dos FSE sobre o volume de negócios evoluiu favoravelmente tendo baixado de 29,3% para 24,3%, de 2017 para 2018.



Handwritten notes:
 0,27
 0,24
 0,21

Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal, no montante de 4,5 milhões de euros, registaram um aumento de 525 mil euros (+13,3% face ao ano anterior), em resultado, maioritariamente, do processo de fusão da Espada Pescas (141 mil euros), bem como da reposição dos cortes salariais e descongelamento de carreiras, de acordo com o Orçamento de Estado, e da revisão do Acordo de Empresa ainda em 2018.

O peso dos gastos com pessoal no volume de negócios evoluiu positivamente de 66,9%, em 2017, para 47,0%, em 2018.

Imparidades de dívidas a receber (perdas e reversões)

Foram registadas imparidades de dívidas a receber líquidas de reversões, em 2018, de cerca de 465 mil euros, sendo de 980 mil euros, em 2017.

Outros gastos

A conta de outros gastos aumentou cerca de um milhão de euros, de 2017 para 2018, pela contabilização do saldo de um cliente insolvente sem bens penhoráveis, que foi considerado incobrável. Esta conta inclui também os impostos, no montante de 175 mil euros, que provêm, na sua maioria, de imposto do selo sobre o capital, comissões e juros dos financiamentos bancários.

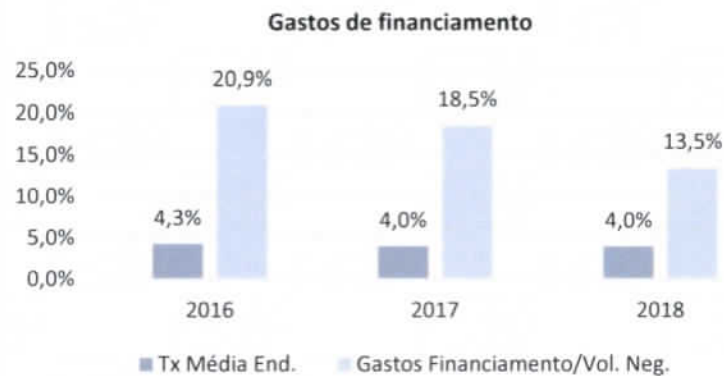
Gastos de depreciação e de amortização

As amortizações, no montante de cerca de 1,8 milhões de euros, subiram cerca de 180 mil euros, de 2017 para 2018, por via transferência para o património da Lotaçor do entreposto frigorífico de Ponta Delgada.

Juros e gastos similares suportados

Em relação aos gastos e perdas de financiamento, que ascenderam a 1,3 milhões de euros em 2018, verificou-se uma diminuição de cerca de 27 mil euros face ao ano anterior, apesar do aumento do endividamento bancário em 419 mil euros (de 31,7 para 32,1 milhões de euros, de 2017 para 2018).

A taxa média de endividamento da empresa manteve-se em cerca de 4,0%, em 2018, e o peso dos gastos de financiamento face ao volume de negócios evoluiu em sentido favorável, de 2017 para 2018, de 18,5% para 13,5%.



Rendimentos

U – Mil Euros

RENDIMENTOS	2016	2017	2018	Var 2018/2017	
Vendas e serviços prestados	5 892	6 905	9 507	2 602	37,7%
Subsídios à exploração	9				
Outros rendimentos	1 657	1 610	1 445	-165	-10,2%

Vendas e prestações de serviços

Em 2018, o volume de negócios da Lotaçor cresceu 37,7%, face ao ano anterior, em resultado das descargas excecionais de tunídeos com reflexo nas quantidades de pescado armazenado/congelado nos entrepostos frigoríficos e na conta de aluguer de frio; do aumento dos valores do contrato programa com a RAA; e da fusão por incorporação do volume de negócios da Espada Pescas.

Vendas

O aumento do volume de vendas, de 2017 para 2018, foi influenciado, por um lado, pela incorporação por fusão da Espada Pescas em 246 mil euros, e por outro pelo aumento das vendas de gelo em 25,2%.



Prestação de serviços

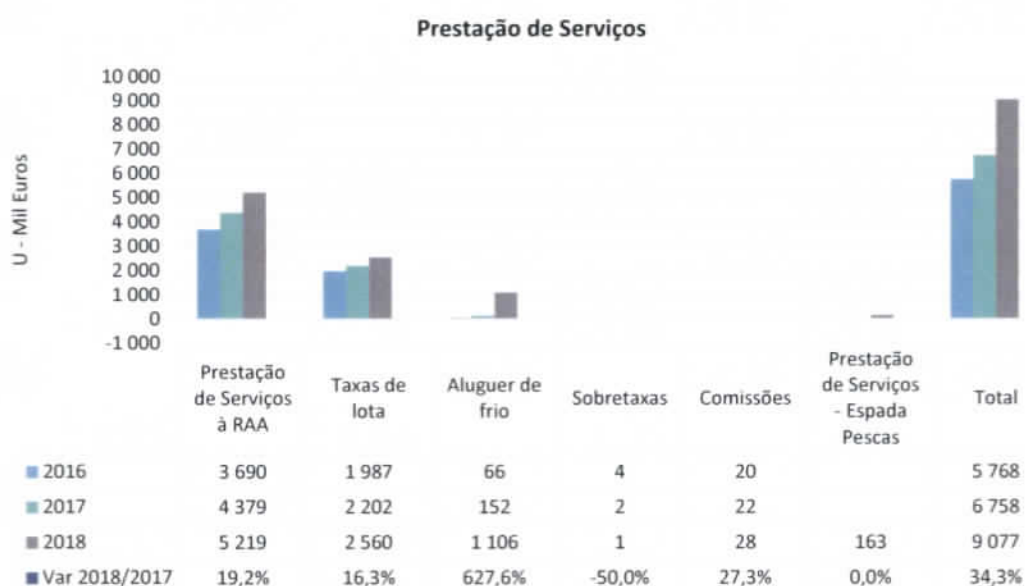
Em 2018, os serviços prestados foram de cerca de 9,1 milhões de euros, mais cerca de 2,3 milhões de euros do que no ano anterior.

A prestação de serviços à RAA representou 5,2 milhões de euros, cerca de mais 840 mil euros do que no ano anterior.

Fruto da excecional safra de atum, o aluguer de frio também atingiu valores elevados, no montante de cerca de 1,1 milhões de euros.

A incorporação por fusão da Espada Pescas na Lotaçor resultou num montante de 163 mil euros em prestação de serviços.

As sobretaxas e comissões foram, em 2018, de cerca de 29 mil euros, sendo de 24 mil euros em 2017.



Outros rendimentos

Ainda nos ganhos, os outros rendimentos, no montante de cerca de 1,4 milhões de euros, subiram 10,2% face ao ano anterior, essencialmente devido à imputação de subsídios ao investimento.

Resultados

Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos em 2018, foi positivo em cerca de 2.212 mil euros, manifestando face a 2017, uma melhoria na ordem dos 1,1 mil euros.

Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

Apura-se um resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) positivo em cerca de 395 mil euros, sendo negativo em 870 mil euros, no ano de 2017, o que representa uma recuperação de cerca de 1.265 mil euros, entre 2017 e 2018.

Resultado antes de impostos

O resultado operacional de 2018, positivo em cerca de 395 mil euros, deduzido dos encargos financeiros negativos em cerca de 1.252 mil euros, traduz-se num resultado antes de impostos negativo de cerca de 857 mil euros. Em 2017, o resultado antes de impostos foi negativo em cerca de 2.150 mil euros.

Resultado líquido do período

O resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018 foi negativo em cerca de 857 mil euros, sendo negativo em cerca de 2.150 mil euros em 2017, o que revela uma forte recuperação do resultado da empresa (de cerca de um 1,3 milhões de euros, de 2017 para 2018).

Proposta de Aplicação de Resultados

Dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o Artigo 23º. dos estatutos e o artigo 376º do código das sociedades comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido, do período findo em 31 de dezembro de 2018, no montante negativo de **856.889,41 euros (oitocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos)**, seja mantido em resultados transitados.

Ponta Delgada, 29 de março de 2019.

O Conselho de Administração,



Cíntia Ricardo Reis Machado



Ruben do Couto Farias



Pedro F. Correia Pacheco



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balança

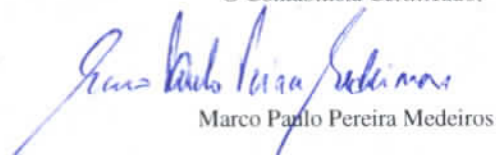
BALANÇO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

U - Euros

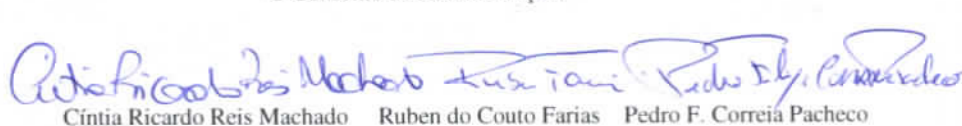
	NOTAS	Datas	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	21.901.814,28	20.774.707,00
Ativos intangíveis	8	31.770,50	15.874,23
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	0,00	249.226,59
Outros investimentos financeiros	6	12.604.510,71	12.877.514,14
		34.538.095,49	33.917.321,96
Ativo Corrente			
Clientes	10	2.997.377,94	4.627.331,51
Estados e outros entes públicos	11	109.942,76	64.097,80
Outros créditos a receber	10	789.975,39	1.217.205,89
Diferimentos	12	5.867,04	10.510,34
Outros ativos financeiros	6	1.000.000,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	156.676,47	148.756,40
		5.059.839,60	6.067.901,94
Total do ativo		39.597.935,09	39.985.223,90
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		12.545.000,00	12.540.000,00
Reservas legais		4.500,00	4.500,00
Outras reservas		74.177,21	74.177,21
Resultados transitados		(18.837.479,18)	(16.665.558,72)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		8.231.368,61	8.613.043,44
Resultado líquido do período		(856.889,41)	(2.149.618,97)
Total do capital próprio	13	1.160.677,23	2.416.542,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Estado e outros entes públicos	11	431.512,27	474.966,31
Financiamentos obtidos	16	24.116.017,20	23.076.245,18
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14	27.762,50	167.600,79
Outras dívidas a pagar	15	1.601.296,37	1.543.942,78
		26.176.588,34	25.262.755,06
Passivo corrente			
Fornecedores	15	995.276,84	995.617,09
Estado e outros entes públicos	11	383.929,25	296.644,27
Financiamentos obtidos	16	8.008.378,15	8.629.085,19
Outras dívidas a pagar	15	2.873.085,28	2.384.579,33
		12.260.669,52	12.305.925,88
Total do passivo		38.437.257,86	37.568.680,94
Total do capital próprio e do passivo		39.597.935,09	39.985.223,90

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,



Marco Paulo Pereira Medeiros



Cíntia Ricardo Reis Machado Ruben do Couto Farias Pedro F. Correia Pacheco

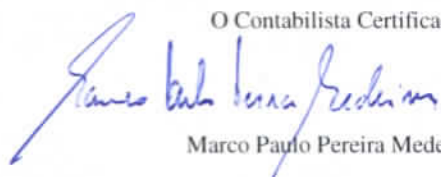
Demonstração dos resultados por natureza

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

U - Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	17	9.507.024,93	6.904.636,92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas	9	-	(174.311,20)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(183.769,01)	-
Fornecimentos e serviços externos	19	(2.306.348,45)	(2.025.782,17)
Gastos com o pessoal	20	(4.464.761,55)	(3.940.333,31)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(464.672,93)	(980.367,78)
Outros rendimentos	21	1.444.976,85	1.610.325,96
Outros gastos	22	(1.320.368,03)	(267.116,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		2.212.081,81	1.127.051,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7; 8	(1.816.685,03)	(1.997.420,44)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		395.397	(870.368,65)
Juros e gastos similares suportados	23	(1.252.286,19)	(1.279.250,32)
Resultado antes de impostos		(856.889,41)	(2.149.618,97)
Imposto sobre o rendimento do período	11	-	-
Resultado líquido do período		(856.889,41)	(2.149.618,97)

O Contabilista Certificado,



Marco Paulo Pereira Medeiros

O Conselho de Administração,



Cíntia Ricardo Reis Machado Ruben do Couto Farias Pedro F. Correia Pacheco

Demonstração das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

U – Euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31/12/2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE						Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio			
Posição no início de 2017	6	7.600.000,00	4.500,00	74.177,21	(14.488.611,44)	9.902.818,80	(2.176.947,28)	915.937,29	
Alterações no período									
Aplicação dos resultados		-	-	-	(2.176.947,28)	-	2.176.947,28	-	
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	232.808,24	-	232.808,24	
Subsídios ao investimento atribuídos		-	-	-	-	72.318,42	-	72.318,42	
Imputação dos subsídios ao investimento aos resultados		-	-	-	-	(1.458.081,72)	-	(1.458.081,72)	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(136.820,30)	-	(136.820,30)	
Resultado líquido do período	7	-	-	-	(2.176.947,28)	(1.289.775,36)	2.176.947,28	(1.289.775,36)	
Resultado integral	8						(2.149.618,97)	(2.149.618,97)	
Operações com detentores de capital no período	9 = 7 + 8	4.940.000,00	-	-	-	-	-	4.940.000,00	
Subscrições de capital		4.940.000,00	-	-	-	-	-	4.940.000,00	
Posição no fim de 2017	10	12.540.000,00	4.500,00	74.177,21	(16.665.558,72)	8.613.043,44	(2.149.618,97)	2.416.542,96	
Posição no início de 2018	6	12.540.000,00	4.500,00	74.177,21	(16.665.558,72)	8.613.043,44	(2.149.618,97)	2.416.542,96	
Alterações no período									
Aplicação dos resultados		-	-	-	(2.149.618,97)	-	2.149.618,97	-	
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	(189.455,41)	-	(189.455,41)	
Subsídios ao investimento atribuídos		-	-	-	-	2.437.791,56	-	2.437.791,56	
Imputação dos subsídios ao investimento aos resultados		-	-	-	-	(1.308.723,89)	-	(1.308.723,89)	
Correção dos subsídios ao investimento		-	-	-	-	1.356,92	-	1.356,92	
Fusão por incorporação da Espada Pescas		5.000,00	-	-	(22.301,49)	(1.322.644,01)	-	(1.339.945,50)	
Resultado líquido do período	7	5.000,00	-	-	(2.171.920,46)	(381.674,83)	2.149.618,97	(398.976,32)	
Resultado integral	8						(856.889,41)	(856.889,41)	
Operações com detentores de capital no período	9 = 7 + 8						(856.889,41)	(1.255.865,73)	
Subscrições de capital									
Posição no fim de 2018	10	12.545.000,00	4.500,00	74.177,21	(18.837.479,18)	8.231.368,61	(856.889,41)	1.160.677,23	

O Contabilista Certificado,


Marco Paulo Pereira Medeiros

O Conselho de Administração,


Cíntia Ricardo Reis Machado


Ruben do Couto Farias


Pedro F. Correia Pacheco

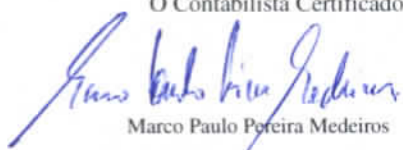
Demonstração de fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

U - Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes e entidades financiadoras		35.700.109,83	31.329.543,23
Pagamentos a fornecedores		(27.558.296,53)	(26.423.778,44)
Pagamentos ao pessoal		(4.557.932,52)	(3.883.860,11)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		3.583.880,78	1.021.904,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		22.660,33	(2.081,27)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(1.490.155,11)	(1.257.448,86)
Fluxos das atividades operacionais		2.116.386,00	(237.625,45)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.379.178,40)	(495.014,05)
Ativos intangíveis		(32.415,87)	(19.036,61)
Investimentos financeiros		(725.000,00)	(950.000,00)
		(2.136.594,27)	(1.464.050,66)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		14.623,50	731,00
Subsídios ao investimento		1.347.280,43	-
		1.361.903,93	731,00
Fluxos das atividades de investimento		(774.690,34)	(1.463.319,66)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		14.979.000,00	20.362.923,55
		14.979.000,00	20.362.923,55
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15.459.035,29)	(17.408.765,54)
Juros e gastos similares		(704.213,97)	(1.353.885,04)
		(16.163.249,26)	(18.762.650,58)
Fluxos de atividades de financiamento		(1.184.249,26)	1.600.272,97
Variação de caixa e seus equivalentes		157.446,40	(100.672,14)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(769,93)	99.902,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	156.676,47	(769,93)

O Contabilista Certificado,



Marco Paulo Pereira Medeiros

O Conselho de Administração,



Cíntia Ricardo Reis Machado Ruben do Couto Farias Pedro F. Correia Pacheco

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and several smaller initials or signatures on the right.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018 E 2017

01 – Introdução

A Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. (abreviadamente designada por “LOTAÇOR”), com sede na Rua Eng. Abel Férin Coutinho, 15, Concelho de Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/2005/A, de 22 de julho, sucedendo na totalidade do património e na titularidade de todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, que eram pertença da Lotaçor – Serviço Açoriano de Lotas, EP, que foi extinta por aquele diploma, continuando, assim, a sua personalidade jurídica e conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica.

A LOTAÇOR rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades comerciais e do setor empresarial do Estado e por disposições do Governo Regional, relacionadas com o setor das pescas e com a própria empresa. Nos termos daquele decreto, as ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação daquele órgão.

O objeto principal da LOTAÇOR é a realização de todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, a exploração de portos de pesca e lotas, bem como a exploração das instalações e equipamentos frigoríficos destinados à congelação, conservação, distribuição e comercialização do pescado na Região Autónoma dos Açores. Poderá ainda exercer outras atividades que estejam relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto principal, designadamente através da prestação de outros serviços necessários à atividade das embarcações de pesca, que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

Em conformidade com o artigo 20º do contrato de sociedade, a LOTAÇOR pode desempenhar serviços de interesse público geral, a nível da exploração, prestação de serviços e investimento nos portos de pesca na Região Autónoma dos Açores, cujos encargos resultantes serão suportados através de verbas do Plano de Investimentos ou do Orçamento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Assim, sempre que o Governo Regional determinar a prossecução de objetivos setoriais, designadamente a prática de taxas insuscetíveis de proporcionar receitas que cubram a totalidade dos custos ou a realização de investimentos de rentabilidade não demonstrada, os mesmos deverão ser objeto de acordo a estabelecer entre o Governo Regional e a LOTAÇOR, com base em contratos-programa ou, na falta destes, nos orçamentos anuais que a LOTAÇOR formular e que o Governo Regional aprovar.

As taxas a aplicar sobre o valor da primeira venda do pescado nas lotas e preços a pagar pelos serviços prestados pela LOTAÇOR estão estabelecidas pela Portaria nº 24/2018, de 19 de março de 2018 e pelo preçário em vigor na empresa.

02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas

internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

03 – Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

a) Bases de apresentação e de mensuração

A fim de satisfazerem os seus objetivos, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo como os pressupostos da periodização económica e da continuidade das operações previstos nas NCRF em vigor à data da sua elaboração.

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo como os pressupostos da periodização económica e da continuidade das operações previstos nas NCRF em vigor à data da sua elaboração.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação disponível, tendo concluído que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Como o ativo corrente é inferior ao passivo corrente, em euros, em 31 de dezembro de 2018, encontra-se dependente do apoio financeiro do acionista, da rentabilidade futura das operações, da realização dos seus ativos e da reestruturação financeira dos seus passivos.

As presentes demonstrações financeiras, foram afetadas em 2018 pelo processo de fusão, que se consubstanciou na transferência global do património da ESPADA PESCAS. Assim, os elementos ativos e passivos da ESPADA PESCAS, integrantes do seu património na data da fusão, foram integral e globalmente transferidos pelos respetivos valores contabilísticos reportados a 1 de janeiro de 2018, como se indica:

	<i>U – Euros</i>
Ativo não corrente	1.796.860,90
Ativo corrente	323.841,24
Total do ativo	2.120.702,14
Passivo não corrente	463.965,77
Passivo corrente	1.407.509,78
Total do passivo	1.871.475,55
Valor líquido dos ativos e passivos	249.226,59
Anulação dos saldos relacionados	1.322.644,11
	(1.073.417,52)
Perdas assumidas em 31 de dezembro de 2017	1.095.719,01
Reserva de fusão	22.301,49

Em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados da empresa incorporada teve o seguinte comportamento

U – Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS 31/12/2017
Vendas e serviços prestados	696.648,53
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(390.197,76)
Fornecimentos e serviços externos	(214.868,44)
Gastos com o pessoal	(210.406,08)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(19.236,01)
Outros rendimentos	193.880,10
Outros gastos	(10.093,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	45.726,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(180.019,24)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(134.292,28)
Juros e gastos similares suportados	(40.018,92)
Resultado antes de impostos	(174.311,20)
Imposto sobre o rendimento do período	-
Resultado líquido do período	(174.311,20)

As demonstrações financeiras, bem como os seus anexos, salvo indicação expressa em contrário, são apresentadas em euros. As transações em outras moedas são convertidas mediante a aplicação da taxa de câmbio, à data da operação, e os efeitos cambiais resultantes de tais operações são reconhecidos, à data do relato, na demonstração de resultados.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição compreende o preço de compra e as despesas diretamente atribuíveis à sua aquisição ou entrada em funcionamento, incluindo os custos dos empréstimos obtidos.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos no custo do ativo. As despesas de reparação e manutenção normais do ativo fixo em exploração são consideradas como gasto no ano a que respeitam.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimo, e, a partir do momento em que o ativo se encontra em condições de ser utilizado, as taxas são estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 8

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação. O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

d) Ativos intangíveis

A LOTAÇOR reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a LOTAÇOR e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de *software* e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela LOTAÇOR necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em são incorridos.

e) Imparidade de ativos não financeiros

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da LOTAÇOR com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

f) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que LOTAÇOR exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a LOTAÇOR adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a LOTAÇOR tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à LOTAÇOR do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas subsidiárias e associadas contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas subsidiárias e associadas, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a LOTAÇOR incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.

As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a LOTAÇOR se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

h) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de '*factoring sem recurso*', são relevadas nas demonstrações financeiras da LOTAÇOR até ao momento do seu recebimento.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

i) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

j) Fornecedores

Os saldos de Fornecedores e Outras contas a pagar são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

k) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

l) Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

m) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A LOTAÇOR desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A LOTAÇOR desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

n) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

o) Periodização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

p) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A LOTAÇOR tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- A LOTAÇOR não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a LOTAÇOR; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:
 - A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
 - Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a LOTAÇOR;
 - A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
 - Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

A LOTAÇOR, no decurso da sua atividade ordinária, assume como rendimento nas operações de primeira venda, as taxas de lota. As transações do pescado são evidenciadas na rubrica de "Outros créditos a receber e outras contas a pagar". De acordo com a NCRF 20, a propriedade do bem em causa não é assumida pela LOTAÇOR.

As transações relacionadas com a primeira venda de pescado fresco realizada em lota, pelo sistema de leilão, são apenas registadas no balanço nas rubricas de clientes e fornecedores. Os movimentos financeiros correspondentes a essas transações são evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa como recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de gelo ou prestações de serviços (taxas de primeira venda e aluguer de equipamentos de frio) líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

As taxas de primeira venda, registadas na rubrica de vendas e serviços prestados, que são determinadas por uma percentagem sobre o valor de pescado transacionado em lota, são suportadas pelos produtores e compradores de peixe.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a LOTAÇOR e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

q) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a LOTAÇOR cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à LOTAÇOR sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período na rubrica de Vendas e serviços prestados, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Os subsídios à exploração atribuídos, que não assumem a natureza de prestação de serviços à Região Autónoma dos Açores, são registados na rubrica de Subsídios à exploração.

r) Benefícios dos empregados

A LOTAÇOR reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Com base no Acordo de Empresa, a LOTAÇOR tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados reformados, quer por velhice, após atingirem a idade prevista na lei, quer por invalidez.

A LOTAÇOR aderiu um fundo de pensões (Fundo de Pensões Aberto Real Previdência Empresas, FP) para financiar a totalidade das responsabilidades com os trabalhadores no ativo e reformados.

Os pagamentos das responsabilidades acima referidas são calculados com base em estudos atuariais efetuados pela sociedade gestora do fundo (Real Vida Seguros, S.A.), sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

As responsabilidades da LOTAÇOR com as pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, com base no método de cálculo "Projected Unit Credit". Este método consiste em mensurar o valor das responsabilidades para cada participante de acordo com o tempo de serviço prestado durante a sua vida ativa. Por cada ano de serviço prestado é-lhe atribuída uma unidade de crédito. Essa unidade de crédito é quantificada em cada ano pelo custo normal do plano. A responsabilidade total para cada participante consiste na determinação do valor atual dos benefícios acumulados de reforma, reportado à data de avaliação.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

A LOTAÇOR reconhece como um gasto, na sua demonstração dos resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) as perdas e ganhos atuariais do período.

s) Imposto sobre o rendimento

A LOTAÇOR reconhece o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais para efeitos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. São registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

t) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

u) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

v) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativas possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A LOTAÇOR faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

A LOTAÇOR avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao

período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. A LOTAÇOR faz uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da LOTAÇOR.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela LOTAÇOR da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

A LOTAÇOR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e vencimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Na sequência da revisão do Acordo de Empresa, em final de 2018, existirão alterações futuras quanto à matéria de pensões de reforma e outros benefícios dos empregados.

04 – Fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Como indicado na Nota 3 (o), os movimentos financeiros correspondentes às transações relacionadas com a primeira venda de pescado fresco realizada em lota, pelo sistema de leilão, são evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa como recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores.

A LOTAÇOR classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, detalha-se como se segue:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Numerário	2.055,00	2.050,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:	154.621,47	146.706,40
	156.676,47	148.756,40
Depósitos à ordem – saldos credores (Nota 16)	0,00	(149.526,33)
	156.676,47	(769,93)

05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2018, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

06 – Partes relacionadas

As ações representativas do capital social são detidas integralmente pela Região Autónoma dos Açores. O valor subscrito e realizado é representado por 2.509.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 2018 e 2017, foram efetuadas as seguintes transações com acionistas e com as partes relacionadas:

U – Euros

	2018	2017
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES		
Subsídios ao investimento	-	-
Compensação à Exploração	5.549.200,00	4.621.000,00
	5.549.200,00	4.621.000,00
SANTA CATARINA, SA		
Vendas e serviços prestados	295.775,79	5.571,61
	295.775,79	5.571,61
Serviços adquiridos	-	1.558,71
	-	1.558,71
ESPADA PESCAS, Unipessoal Lda		
Vendas e serviços prestados	-	16.400,95
	-	16.400,95
Serviços adquiridos	-	5.751,38
	-	5.751,38

Em 27 de dezembro de 2017, por Resolução do Conselho do Governo n.º 147/2017, foi realizada uma operação de aumento do capital social da Lotaçor, por cedência da propriedade do entreposto frigorífico de Ponta Delgada, no montante de 4.940.000 euros, cujo registo comercial apenas se concretizou em 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a LOTAÇOR apresentava os seguintes saldos com acionistas e partes relacionadas:

U – Euros

	2018	2017
Outros ativos financeiros		
Financiamentos concedidos		
Santa Catarina, S.A.	13.595.729,04	12.870.729,04
	13.595.729,04	12.870.729,04
Clientes		
Empresas subsidiárias		
Santa Catarina, S.A.	540.811,92	26.008,58
Espada Pescas, Unipessoal Lda	-	901.559,48
	540.811,92	927.568,06

No exercício de 2017 foram disponibilizados fundos para a subsidiária Santa Catarina no montante de 950.000 euros. Em 2018, verificou-se nova disponibilização de fundos no montante de 725.000 euros.

Em 15 de fevereiro de 2013, foi celebrado um acordo financeiro entre a Santa Catarina, S.A. e a Lotaçor, S.A., definindo que se havia disponibilizado fundos financeiros no montante de 9.455.729 euros, tendo em vista a sua viabilidade e reestruturação económico-financeira, que poderão ser transformados em capital social ou, alternativamente, serem reembolsados. Não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria e que, não havendo, essa responsabilidade é automaticamente assumida pela Região Autónoma dos Açores.

Este acordo foi alterado em 20 de maio de 2015, onde foi estabelecido um novo plano de reembolso, para os fundos disponibilizados no montante de 10.905.729,04. Neste acordo, mantêm-se os pressupostos do Acordo Financeiro celebrado em 15 de fevereiro de 2013, em que a Região Autónoma dos Açores assume a quantia vencida sempre que a subsidiária não tiver capacidade financeira de liquidar a prestação na data de vencimento estipulada e desde que a LOTAÇOR não delibere converter essa dívida em capital social.

Em 20 de março de 2018, foi efetuada uma segunda alteração ao acordo financeiro celebrado a 15 de fevereiro de 2013, aditado a 20 de maio de 2015, onde se mantêm os pressupostos do primeiro acordo de 2013 e estabelece um novo plano de reembolso para os fundos disponibilizados no montante de 12.870.729,04 euros. Está estabelecido um plano de reembolso correspondente a prestações anuais e iguais de um milhão de euros para os anos de 2019 a 2030 e de 870.729 milhares de euros para o ano de 2031.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, existiam também os seguintes ativos financeiros, que se encontravam registados ao custo.

U – Euros

	2018	2017
Outros investimentos financeiros		
Fundo de compensação do trabalho	8.781,67	6.785,10
	8.781,67	6.785,10

07 – Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foram os seguintes:

U – Euros

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhame	Outras imobilizações	Ativos em curso	Total
Custo										
Em 1 de janeiro de 2017	379.447,50	38.460.217,93	17.528.818,17	647.664,55	967.085,62	105.262,89	1.231.995,05	12.844,50	57.600,00	59.390.936,21
Adições	430.000,00	4.580.893,33	98.766,85	-	18.397,79	5.212,70	130,60	-	368.062,27	5.501.463,54
Transferências e abates	-	28.896,64	81.667,62	(21.739,13)	-	12.180,00	-	-	(122.744,26)	(21.739,13)
Em 31 de dezembro de 2017		43.070.007,90	17.709.252,64	625.925,42	985.483,41	122.655,59	1.232.125,65	12.844,50	302.918,01	64.870.660,62
Depreciações acumuladas	809.447,50									
Em 1 de janeiro de 2017	-	25.690.420,52	13.759.828,99	520.328,22	934.635,76	90.902,71	1.122.382,36	7.351,82	-	42.125.850,38
Adições	-	1.094.629,11	784.766,39	36.712,00	12.680,67	4.448,52	57.375,82	1.229,86	-	1.991.842,37
Transferências e abates	-	-	-	(21.739,13)	-	-	-	-	-	(21.739,13)
Em 31 de dezembro de 2017	-	26.785.049,63	14.544.595,38	535.301,09	947.316,43	95.351,23	1.179.758,18	8.581,68	-	44.095.953,62
Valor líquido - 2017	809.447,50	16.284.958,27	3.164.657,26	90.624,33	38.166,98	27.304,36	52.367,47	4.262,82	302.918,01	20.774.707,00
Custo										
Em 1 de janeiro de 2018	809.447,50	43.070.007,90	17.709.252,64	625.925,42	985.483,41	122.655,59	1.232.125,65	12.844,50	302.918,01	64.870.660,62
Adições	-	366.498,60	33.482,14	-	7.589,66	1.828,47	25.788,00	75,40	711.893,07	1.147.155,34
Fusão	53.625,00	236.401,97	2.667.094,25	73.643,09	17.886,12	22.482,80	1.135,00	-	-	3.072.268,23
Transferências e abates	-	(44.483,52)	825.810,30	(17.591,53)	(5.885,71)	(238,16)	-	-	(827.976,01)	(70.364,63)
Em 31 de dezembro de 2018		43.628.424,95	21.235.639,33	681.976,98	1.005.073,48	146.728,70	1.259.048,65	12.919,90	186.835,07	69.019.719,56
Depreciações acumuladas	863.072,50									
Em 1 de janeiro de 2018	-	26.785.049,63	14.544.595,38	535.301,09	947.316,43	95.351,23	1.179.758,18	8.581,68	-	44.095.953,62
Adições	-	686.391,16	1.013.693,09	36.712,00	12.599,42	7.077,86	47.401,45	1.235,24	-	1.805.110,22
Fusão	-	111.461,41	1.051.612,74	73.643,09	16.042,84	22.364,97	1.135,00	-	-	1.276.260,05
Transferências e abates	-	(33.733,32)	(2.165,71)	(17.591,53)	(5.689,89)	(238,16)	-	-	-	(59.418,61)
Em 31 de dezembro de 2018	-	27.549.168,88	16.607.735,50	628.064,65	970.268,80	124.555,90	1.228.294,63	9.816,92	-	47.117.905,28
Valor líquido - 2018	863.072,50	16.079.256,07	4.627.903,83	53.912,33	34.804,68	22.172,80	30.754,02	3.102,98	186.835,07	21.901.814,28

Em 27 de dezembro de 2017, foi realizada uma operação de aumento do capital social da Entidade por cedência da propriedade do entreposto frigorífico de Ponta Delgada, no montante de 4.940.000 euros, cujo registo comercial apenas se concretizou em 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor acumulado dos investimentos em curso compreende:

U – Euros

	2018	2017
Aquisição de diversos equipamentos para o E. F. de Ponta delgada, S. Miguel	-	207.203,01
Prestação de Serviços de Ampliação do E.F. das Velas, S. Jorge	86.607,27	29.880,00
Prestação de Serviços de Reparação do E. F. da Madalena, Pico	65.835,00	65.835,00
Projeto de fiscalização e empreitada de requalificação do E F Vila do Porto, Santa Maria	9.161,60	-
Projeto de fiscalização e empreitada de requalificação do E F da Horta, Faial	21.400,00	-
Projeto de fiscalização e empreitada de requalificação do E F das Lajes, Flores	3.831,20	-
	186.835,07	302.918,01

08 – Ativos intangíveis

Durante os anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nesta rubrica, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

U – Euros

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Custo			
Em 1 de janeiro de 2017	136.685,00	3.000,00	139.685,00
Adições	9.454,60	4.852,50	14.307,10
Transferências e abates	4.590	(4.590,00)	-
Em 31 de dezembro de 2017	150.729,60	3.262,50	153.992,10
Depreciações acumuladas			
Em 1 de janeiro de 2017	132.539,80	-	132.539,80
Adições	5.578,07	-	5.578,07
Transferências e abates	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	138.117,87	-	138.117,87
Valor líquido	12.611,73		15.874,23
Custo			
Em 1 de janeiro de 2018	150.729,60	3.262,50	153.992,10
Adições	14.878,58	12.592,50	27.471,08
Fusão	9.998,97	-	-
Transferências e abates	5.700,00	(5.700,00)	-
Em 31 de dezembro de 2018	181.307,15	10.155,00	181.463,18
Depreciações acumuladas			
Em 1 de janeiro de 2018	138.117,87	-	138.117,87
Adições	11.574,81	-	11.574,81
Fusão	9.998,97	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	159.691,65	-	149.692,68
Valor líquido	21.615,50		31.770,50

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor acumulado dos investimentos em curso compreende:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Funcionalidade LOTAÇOR_SEGURANÇA SOCIAL	0,00	3.262,50
Sistema automático de caracteres e QR	3.675,00	0,00
Desenvolvimento de página da WEB	6.480,00	0,00
	10.155,00	3.262,50

09 – Participações financeiras

A rubrica compreende exclusivamente a subsidiária SANTA CATARINA em 31 de dezembro de 2018, cujos principais indicadores são abaixo apresentados:

	<i>U – Euros</i>					
	Capital detido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rédito	Resultado do período
Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.						
31 de dezembro de 2017	100,00%	9.044.624,35	14.762.334,72	(5.717.710,37)	6.761.463,22	(1.463.958,69)
31 de dezembro de 2018	100,00%	9.310.730,98	15.381.910,84	(6.071.179,86)	8.246.372,64	(976.726,20)

Apesar da subsidiária Santa Catarina se apresentar com capitais próprios negativos e não ser ainda capaz de gerar resultados operacionais positivos, não tem sido considerada a constituição de provisões para reconhecimento das perdas futuras nas demonstrações financeiras individuais, por estar assegurado pelo acionista Região Autónoma dos Açores a cobertura financeira dessas perdas.

Caso a Lotaçor tivesse de assumir as perdas acumuladas desta participação, essa provisão a constituir seria de 19.666.909 euros, em 31 de dezembro de 2018 (em 2017: 18.588.439 euros).

O empenho que o Governo Regional tem demonstrado na procura de soluções para a reestruturação financeira de Santa Catarina, S.A., transmite à Lotaçor a segurança de que não existirá nenhum risco financeiro relacionado com a evolução da situação da participada.

Esta subsidiária é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

No decurso do exercício de 2018, verificou-se a fusão, por incorporação, da subsidiária Espada Pescas, Unipessoal, Lda., na Lotaçor. Nos termos da Lei, a sociedade incorporada - a ESPADA PESCAS – extinguiu-se, como entidade jurídica autónoma, na data do registo definitivo da fusão no registo comercial.

A rubrica de Participações Financeiras, em 31 de dezembro de 2017, compreendia os seguintes movimentos ocorridos durante o ano na subsidiária Espada Pescas, Unipessoal, Lda.:

<i>U – Euros</i>	
2017	
Saldo inicial	560.358,09
Cobertura de prejuízos	
Ajustamentos em ativos financeiros	(136.820,30)
Efeito da aplicação do método da equivalência	(174.311,20)
Saldo final	249.226,59

10 – Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo de Clientes e outros créditos a receber resume-se como se segue:

	2018		2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes c/c	-	2.101.418,24	-	3.308.114,92
Empresas subsidiárias e outras partes relacionadas				
Espada Pescas, Unipessoal Lda	-	-	-	901.559,48
Santa Catarina, S.A.	-	384.958,01	-	8.239,77
Clientes de cobrança duvidosa	-	1.334.737,39	-	1.194.624,31
Perdas por imparidades acumuladas	-	(1.334.737,39)	-	(1.194.624,31)
Clientes -contratos de abastecimento direto	-	355.147,78	-	391.648,53
Santa Catarina, S.A.	-	155.853,91	-	17.768,81
	-	2.997.377,94	-	4.627.331,51
Outros créditos a receber				
Acréscimos de rendimentos				
70% dos fretes por conta da promessa de compra e venda de embarcações	-	56.056,00	-	-
Outras contas a receber				
Subsídios ao investimento	-	-	-	72.318,42
Protocolo da pesca artesanal (Saldos devedores)	-	666.224,94	-	1.136.751,03
Devedores de cobrança duvidosa	-	2.114.091,62	-	1.866.676,18
Perdas por imparidades acumuladas	-	(2.114.091,62)	-	(1.866.676,18)
Outros devedores	-	67.694,45	-	8.136,44
	-	789.975,39	-	1.217.205,89

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes e outros créditos a receber refletia o seguinte movimento:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Clientes		
Saldo inicial	1.194.624,31	680.454,22
Aumentos	194.077,54	596.825,05
Reversões	(6.342,97)	(6.376,17)
Anulações	(47.621,49)	(76.278,79)
Saldo final	1.334.737,39	1.194.624,31
Outras contas a receber		
Saldo inicial	1.866.676,18	1.476.757,28
Aumentos	312.049,74	410.026,39
Reversões	(35.111,38)	(20.107,49)
Anulações	(29.522,92)	-
Saldo final	2.114.091,62	1.866.676,18

As perdas por imparidade de clientes e outros créditos a receber são registadas quando existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A antiguidade dos saldos de clientes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser assim representada:

U – Euros

	2018	2017
Saldos de clientes com antiguidade:		
Inferior ou igual a 6 meses	2.116.959,68	1.985.851,01
Maior que 6 meses e até 1 ano	64.713,75	219.493,67
Maior que 1 ano e até 1,5 anos	118.293,02	96.164,45
Maior que 1,5 anos e até 2 anos	40.316,05	164.752,60
Superior a 2 anos	1.991.832,83	3.355.694,09
	4.332.115,33	5.821.955,82
Perdas por imparidades acumuladas	(1.334.737,39)	(1.194.624,31)
	2.997.377,94	4.627.331,51

11 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 resumem-se como se segue:

U – Euros

	2018				2017			
	Ativos		Passivos		Ativos		Passivos	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Imposto sobre o rendimento								
IRC a recuperar / pagar	-	109.942,76	-	-	-	64.097,80	-	-
Retenções de imposto sobre o rendimento								
Trabalho dependente	-	-	-	24.329,13	-	-	-	23.508,05
Rendimentos profissionais	-	-	-	193,87	-	-	-	165,31
Rendimentos prediais	-	-	-	182,94	-	-	-	182,94
Imposto sobre o valor acrescentado								
IVA a recuperar / pagar	-	-	-	236.010,97	-	-	-	152.086,10
Contribuições para a segurança social								
	-	-	431.512,27	123.212,34	-	-	474.966,31	120.701,87
	-	109.942,76	431.512,27	383.929,25	-	64.097,80	474.966,31	296.644,27

O saldo do IRC a recuperar, nos anos de 2018 e 2017, detalha-se como se segue:

U – Euros

	2018	2017
Pagamentos especiais por conta	55.878,35	44.245,38
Retenções na fonte - pagas	54.050,44	13.076,02
Retenções na fonte - a pagar	13,97	6.776,40
Saldo final - IRC a pagar / (recuperar)	109.942,76	64.097,80

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

U – Euros

Ano de geração	2018	2017	Ano de reporte
2013	-	5.039,40	2017
2014	10.707,10	10.707,10	2020
2015	9.894,20	9.894,20	2021
2016	9.880,46	9.880,46	2022
2017	8.724,22	8.724,22	2023
2018	16.672,37	-	2024
	55.878,35	44.245,38	

Os montantes classificados como não corrente referem-se às contribuições para a segurança social a liquidar a médio e longo prazo, no âmbito dos planos prestacionais estabelecidos com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e vencem-se juntamente com os respetivos juros vincendos nos seguintes anos:

U – Euros

Anos	2018		2017	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2019	0,00	0,00	43.454,04	4.584,98
2020	43.454,04	6.377,33	43.454,04	6.830,69
2021	43.454,04	8.473,99	43.454,04	9.076,39
2022	43.454,04	10.570,65	43.454,04	11.322,09
2023	43.454,04	12.667,31	43.454,04	13.567,80
2024	43.454,04	14.763,96	43.454,04	15.813,50
2025 a 2029	214.242,07	103.443,33	214.242,07	110.796,92
	431.512,27	156.296,57	474.966,31	171.992,37

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os prazos de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis, anualmente apurados, são os constantes do quadro abaixo indicado. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a LOTAÇOR apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

U – Euros

Ano de geração	2018	2017	Ano de caducidade
2012	2.087.486,72	2.087.486,72	2017
2013	1.485.777,31	1.485.777,31	2018
2014	1.605.792,64	1.605.792,64	2026
2015	1.633.119,94	1.633.119,94	2027
2016	1.667.338,21	1.667.338,21	2028
2017	774.847,35	774.847,35	2022
2018	188.856,72	-	2023

O prejuízo fiscal apurado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se conforme se segue:

U – Euros

	2018	2017
Resultado líquido do período	(856.889,41)	(2.149.618,97)
Diferenças permanentes:		
Correções relativas a períodos anteriores	(284,86)	(4.550,32)
Anulação do efeito do método de Equivalência Patrimonial	-	174.311,20
Multas, coimas e juros compensatórios	10.631,47	8.938,18
IRC e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros		
Pagamento especial por conta	7.627,08	6.564,26
Tributações autónomas	6.789,40	5.756,23
Benefícios fiscais	(325,00)	(162,50)
Depreciações e amortizações não aceites como gasto	24.475,23	46.590,50
Gastos não inerentes à formação do lucro tributável	112.992,09	130.558,04
Diferenças temporárias:		
Imparidades do período não aceites como gasto	506.127,28	1.006.766,03
Lucro/(prejuízo) fiscal	(188.856,72)	(774.847,35)

12 – Diferimentos (ativo)

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 compreende:

U – Euros

	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Feira ESE	5.000,00	10.000,02
Outros	867,04	510,32
	5.867,04	10.510,34

13 – Capital próprio

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas em 100% pela Região Autónoma dos Açores.

A reserva legal não pode ser distribuível, a não ser em caso de liquidação da LOTAÇOR, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Na assembleia geral realizada em 30 de abril de 2018, a acionista única aprovou a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração no sentido de que o prejuízo apurado no período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 2.149.618,97 euros, seja mantido em resultados transitados.

Em 27 de dezembro de 2017, foi realizada uma operação de aumento do capital social da Entidade por entrada de bens diferentes de dinheiro, no montante de 4.940.000 euros, cujo registo comercial apenas se concretizou em 2018.

No exercício de 2018, verificou-se a fusão, por incorporação, da subsidiária Espada Pescas, Unipessoal Lda, na Lotaçor. O Capital Social, da Lotaçor, SA, resultante da fusão passou a ser de 12.545.000 euros, representado por 2.509.000 ações, no valor nominal unitário de 5,00 euros.

O movimento ocorrido nas rubricas do capital próprio resume-se como se segue:

U – Euros

	Em 31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Capital social	12.540.000,00	-		5.000,00	12.545.000,00
Reservas legais	4.500,00	-		-	4.500,00
Outras reservas	74.177,21	-		-	74.177,21
Resultados transitados	(16.665.558,72)	(2.149.618,97)	-	(22.301,49)	(18.837.479,18)
Ajustamentos em ativos financeiros	1.322.644,01			(1.322.644,01)	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos	(1.411.840,96)	-		(189.455,41)	(1.601.296,37)
Subsídios ao investimento	8.386.626,02	-		1.130.424,59	9.517.050,61
Doações	315.614,37	-		-	315.614,37
Resultado líquido do exercício	(2.149.618,97)	2.149.618,97	(856.889,41)		(856.889,41)
	2.416.542,96	-	(856.889,41)	(398.976,32)	1.160.677,23
	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Capital social	7.600.000,00	-		4.940.000,00	12.540.000,00
Reservas legais	4.500,00	-		-	4.500,00
Outras reservas	74.177,21	-		-	74.177,21
Resultados transitados	(14.488.611,44)	(2.176.947,28)	-	-	(16.665.558,72)
Ajustamentos em ativos financeiros	1.459.464,31			(136.820,30)	1.322.644,01
Outras variações no capital próprio	-				
Ajustamentos nos subsídios - por impostos	(1.644.649,20)	-		232.808,24	(1.411.840,96)
Subsídios ao investimento	9.772.389,32	-		(1.385.763,30)	8.386.626,02
Doações	315.614,37	-		-	315.614,37
Resultado líquido do exercício	(2.176.947,28)	2.176.947,28	(2.149.618,97)		(2.149.618,97)
	915.937,29	-	(2.149.618,9700)	3.650.224,64	2.416.542,96

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de subsídios ao investimento e Impostos diferidos resumem-se como se segue:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial		
Subsídios ao investimento	8.386.626,02	9.772.389,32
Ajustamentos - por impostos	(1.411.840,96)	(1.644.649,20)
Subsídios atribuídos e correções no ano		
Subsídios ao investimento	2.437.791,56	72.318,42
LOTAÇOR	825.720,22	-
FUSÃO	1.612.071,34	-
Ajustamentos - por impostos	(189.455,41)	232.808,24
LOTAÇOR	(53.941,07)	-
FUSÃO	243.396,48	-
Correções aos subsídios	1.356,92	-
LOTAÇOR	1.356,92	-
FUSÃO	-	-
Imputação aos resultados do ano		
Subsídios ao investimento	(1.308.723,89)	(1.458.081,72)
LOTAÇOR	(1.145.441,13)	-
FUSÃO	(163.282,76)	-
Saldo final		
Subsídios ao investimento	9.517.050,61	8.386.626,02
Ajustamentos - por impostos	(1.601.296,37)	(1.411.840,96)
	7.915.754,24	6.974.785,06

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante de 1.601.296,37 euros e de 1.411.840,96 euros, respetivamente, referente ao ajustamento do imposto a pagar no futuro é reconhecido em Outras contas a pagar (Nota 15).

14 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

O saldo devedor relacionado com as responsabilidades por benefícios pós-emprego reconhecido no Balanço é determinado como segue:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Obrigação de Benefícios projetados	912.592,85	991.420,64
Ativos do Plano ao Valor de Mercado	(884.830,36)	(823.819,85)
Situação do Fundo	27.762,49	167.600,79

Em conformidade com os estudos atuariais e respetivos pressupostos, reportados a 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades da LOTAÇOR com pensões e complementos de pensões de reforma eram as seguintes:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Valor atual das responsabilidades com trabalhadores reformados	512.713,45	547.469,50
Valor atual das responsabilidades com trabalhadores no ativo, por serviços passados	399.879,40	443.951,14
	912.592,85	991.420,64

A esperança média de vida (EMV) dos beneficiários é a seguinte:

	Nº de Colaboradores	Idade Mínima	EMV
Ativos	170	24	55,08
Pensionistas	25	58	23,63
	195		

Os estudos atuariais acima mencionados quantificam o valor atual das pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados, de acordo com os seguintes pressupostos:

Tabelas	2018	2017
Tabela de Mortalidade	TV73_77	TV73_77
Tabela de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxas		
Taxa de Rendimento do Fundo	2,00%	1,75%
Taxa de Crescimento dos Salários	1,75%	1,75%
Taxa de Atualização das Pensões	2,00%	1,75%
Taxa de Crescimento das Pensões	0%	0%
Taxa de Crescimento das Remunerações (S. Social)	0,75%	0,75%
Dados Gerais		
Idade Normal de Reforma	66	66
Nº de Pagamento de Benefícios	14	14

O total das responsabilidades determinadas com base nos pressupostos definidos pela LOTAÇOR e pela sociedade gestora do fundo e ainda não financiados pelo fundo de pensões é evidenciado na rubrica responsabilidades por benefício pós-emprego, conforme se indica:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	167.600,79	200.403,05
Custos com Pensões	38.988,23	70.936,55
Menos:		
Contribuições para o Fundo de Pensões (em numerário)	(178.826,53)	(103.738,81)
	27.762,49	167.600,79

Em referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, o encargo com pensões, contabilizado na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 20), foi apurado como segue:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Custo dos Serviços Correntes	35.067,46	39.148,34
Custo dos Juros	17.349,86	19.096,21
Retorno Real dos Ativos (perda)	57.174,08	(26.548,70)
Perdas / (Ganhos) Atuariais do Ano	(82.293,56)	28.202,14
Pensões pagas + Encargos/Pensões Pagas	11.690,40	11.038,56
	38.988,24	70.936,55

Durante o exercício de 2018 e 2017, o património do fundo de pensões teve a seguinte evolução:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	823.819,85	754.407,25
Correções no ano	-	-
Contribuições do ano	178.826,53	103.738,81
Rendimento do ano - (ganho)/perda	(57.174,08)	26.548,70
Pensões pagas no ano	(60.641,94)	(60.874,91)
	884.830,36	823.819,85

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o património do Fundo de Pensões Aberto na Real Previdência Empresas, F.P. apresentava a seguinte composição (percentual):

	2018	2017
Disponibilidades e Outros	5,10%	4,46%
Imóveis	10,70%	11,72%
Fundos de Investimento (unidades de participação)	7,90%	8,55%
Ações	17,70%	16,90%
Obrigações	58,60%	58,37%
	100,00%	100,00%

O valor de unidade de participação do fundo de pensões era de 6,8252 euros em 31 de dezembro de 2018 e de 7,2682 euros em 31 de dezembro de 2017.

15 – Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de fornecedores e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	<i>U – Euros</i>			
	2018		2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores				
Fornecedores c/c	-	995.276,84	-	995.617,09
	-	995.276,84	-	995.617,09
Outras contas a pagar				
Pessoal	-	804,97	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	104.970,25	-	177.839,87
Credores por acréscimos de gastos	-	555.629,93	-	548.832,77
Remunerações a	-	130.776,87	-	145.236,06
Juros a liquidar	-	42.057,04	-	36.729,31
Outros acréscimos de gastos	-	93.218,80	-	46.738,00
Outras contas a pagar	-	328.653,14	-	368.135,24
Fundo Pesca	-	139.583,99	-	170.252,42
Segurança Social da pesca artesanal	-	539.526,79	-	672.497,95
Protocolo da pesca artesanal (saldos credores)	-	1.601.296,37	1.411.840,96	-
Mútua dos pescadores	-	-	132.101,82	-
Ajustamentos em subsídios não reembolsáveis	1.601.296,37	-	-	-
Plano prestacional com a EDA	-	447.682,00	-	-
Fundo Europeu dos Assuntos do Mar (Adiantamentos solicitados)	-	56.056,00	-	-
70% dos fretes por conta da promessa de compra e venda de embarcações	-	434.125,50	-	218.317,71
Outros credores	-	-	-	-
	1.601.296,37	2.873.085,25	1.543.942,78	2.384.579,33

No decurso do exercício de 2018, foram solicitados adiantamentos a projetos financiados no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos do Mar e Pescas. Em 31 de dezembro, o montante adiantado e cujo investimento ainda não estava concluído, totalizou o montante de 447.682 euros.

Como indicado na Nota 13, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio.

16 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

U – Euros

Instituição	2018		2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários a médio e longo prazo	24.111.983,34	4.007.319,44	23.067.310,22	2.928.327,23
Contas correntes caucionadas	-	3.996.157,61	-	5.547.346,00
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	-	-	149.526,33
Locações financeiras	4.033,86	4.901,10	8.934,96	3.885,63
	24.116.017,20	8.008.378,15	23.076.245,18	8.629.085,19

O saldo evidenciado em empréstimos bancários não correntes tem o seguinte vencimento anual:

U – Euros

Ano	2018	2017
2019	-	3.679.268,84
2020	4.439.006,02	3.586.559,32
2021	4.034.187,33	3.295.067,87
2022	3.884.460,29	3.191.406,14
2023	2.644.260,67	9.315.008,05
2024 e seguintes	9.110.069,03	-
	24.111.983,34	23.067.310,22

Os empréstimos bancários a médio e longo prazo encontram-se distribuídos da seguinte forma:

U – Euros

Instituição	2018			2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Santander Totta (Edifício sede)	865.738,06	58.328,89	924.066,95	924.068,43	56.954,75	981.023,18
Crédito Agrícola	1.798.744,68	254.330,49	2.053.075,17	2.054.799,79	252.072,10	2.306.871,89
BPI	3.800.000,00	1.250.000,00	5.050.000,00	5.050.000,00	1.000.000,00	6.050.000,00
CEM - Caixa Econ. Misericórdia de Angra Heroísmo	146.844,12	287.622,18	434.466,30	434.578,84	279.618,53	714.197,37
Santander Totta	-	-	-	-	5.398,52	5.398,52
CEM - Caixa Econ. Misericórdia de Angra Heroísmo	2.053.381,90	335.129,46	2.388.511,36	2.393.389,98	325.742,28	2.719.132,26
CEM - Caixa Econ. Misericórdia de Angra Heroísmo	1.281.869,61	134.427,78	1.416.297,39	1.417.654,10	130.876,84	1.548.530,94
Santander Totta	-	-	-	-	25.535,87	25.535,87
Novo Banco dos Açores	562.658,84	358.421,08	921.079,92	921.079,92	373.867,50	1.294.947,42
Eurobic	4.543.478,32	478.260,84	5.021.739,16	5.021.739,16	478.260,84	5.500.000,00
Novo Banco dos Açores	4.326.222,55	523.777,45	4.850.000,00	4.850.000,00	-	4.850.000,00
Eurobic	266.666,62	200.000,04	466.666,66	-	-	-
Santander Totta	4.297.553,79	102.446,21	4.400.000,00	-	-	-
Novo Banco dos Açores- Espada Pescas	168.824,85	24.575,02	193.399,87	-	-	-
	24.111.983,34	4.007.319,44	28.119.302,78	23.067.310,22	2.928.327,23	25.995.637,45

As contas correntes caucionadas poderão ser utilizadas até ao montante máximo de 4.555.000 euros, encontrando-se distribuídas pelas seguintes instituições de crédito:

U – Euros

Instituição	Plafond	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Millennium BCP	3.500.000,00	2.990.000,00	3.500.000,00
Santander Totta	500.000,00	500.000,00	1.796.500,00
Novo Banco dos Açores	250.000,00	242.575,61	250.000,00
Santander Totta (Business Gold Dual)	5.000,00	-	846,00
Novo Banco dos Açores - ESPADA PESCAS	300.000,00	263.582,00	-
	4.555.000,00	3.996.157,61	5.547.346,00

A LOTAÇOR regista pelo método financeiro os contratos de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2018, o valor em dívida de locações:

U – Euros

Ano	Valor a amortizar
2019	4.033,86
2020	4.187,74
2021	713,36
	8.934,96

Com a fusão por incorporação da ESPADA PESCAS na LOTAÇOR, foram assumidas, diretamente e sem alteração de condições, as seguintes operações:

- Financiamento bancário da ESPADA PESCAS, com a finalidade de apoio ao investimento, no valor de 337.000 euros e pelo prazo de 60 trimestres, com o BESA – Banco Espírito Santo dos Açores, atual Novo Banco dos Açores. Em 31 de dezembro de 2018, o capital em dívida era de 193.399,87 euros.

- Financiamento bancário, sob a forma de Conta Corrente Cauconada, junto do BESA – Banco Espírito Santo dos Açores, atual Novo Banco dos Açores, no valor de 300.000 euros. Em 31 de dezembro de 2018, o capital em dívida era de 263.582,00 euros.

17 – Vendas e serviços prestados

As rubricas de vendas e de prestações de serviços podem ser resumidas conforme se segue:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Vendas	430.220,64	146.940,99
Pescado	246.477,57	-
Isca	-	-
Gelo	183.743,07	146.940,99
Prestações de serviços	9.076.804,29	6.757.695,93
Taxas de lota	2.560.486,51	2.202.454,24
Comissões de cobrança	28.212,24	22.219,15
Aluguer de frio	1.105.549,51	152.115,91
Sobretaxas	919,06	1.571,25
Fretamento de embarcações	160.020,00	-
Serviços diversos	3.011,71	-
Outros serviços prestados		
Prestação de Serviços Relacionados com máquinas gelo	365.762,31	449.878,06
Prestação de Serviços Relacionados com equipamento de frio	1.422.384,22	879.711,84
Prestação de Serviços Relacionados com comércio de pescado	48.490,48	12.991,54
Gestão e Administração Portos Pesca	1.964.431,87	1.957.067,96
Gestão Investimentos Portos Pesca	807.966,42	814.680,00
Celebração Protocolos com Instituições de Crédito	320.369,96	24.006,00
FORMAR	289.200,00	240.999,98
	9.507.024,93	6.904.636,92

Os montantes referenciados em Outros serviços prestados correspondem exclusivamente e, em conformidade com o artigo 20º do contrato de sociedade, aos serviços de interesse público geral, a nível da exploração, desempenhados pela LOTAÇOR nos portos de pesca na Região Autónoma dos Açores e aos seus utentes, cujos gastos resultantes são diretamente suportados através de verbas do orçamento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, quando as taxas sejam insuscetíveis de proporcionar receitas que os cubram na sua totalidade.

18 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

As operações com o custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas, foram realizadas, na totalidade, pela ESPADA PESCAS, antes da operação de fusão. No ano de 2018, tem a seguinte composição:

Movimentos	<i>U – Euros</i>		
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	-	-	-
Compras	129.593,33	162,46	129.755,79
Regularização em inventários	47.146,00	6.867	54.013,22
Existências finais	-	-	-
Custo no exercício	176.739,33	7.029,68	183.769,01
Perdas por imparidade de inventários	-	-	-
Saldo líquido	-	-	-

19 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos anos de 2018 e 2017 apresentam a seguinte composição:

U – Euros

	2018	2017
Subcontratos	46.433,56	51.796,58
Trabalhos Especializados	74.632,68	82.904,65
Publicidade e Propaganda	2.784,35	2.514,50
Vigilância e Segurança	6.702,07	6.595,02
Honorários	54.700,88	36.398,21
Comissões	12.297,96	8.323,15
Conservação e Reparação	421.241,28	375.656,30
Outros Serviços Especializados	25,00	75,00
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	10.017,90	21.088,85
Livros e Documentação Técnica	24,58	0,00
Material de Escritório	20.988,84	19.405,62
Artigos para oferta	399,95	0,00
Outros Materiais	9.943,29	6.880,55
Eletricidade	820.206,40	745.686,99
Combustíveis	74.651,02	60.841,86
Água	80.965,63	103.701,32
Outras Energias e Fluidos	2.464,63	2.051,95
Deslocações e Estadas	18.363,64	14.138,38
Transportes de Mercadorias	114.974,91	77.303,25
Outras Deslocações, Estadas e Transportes	28.640,75	19.057,11
Rendas e Aluguers	148.215,10	113.663,37
Comunicação	134.882,87	116.198,06
Seguros	74.711,27	40.970,96
Contencioso e Notariado	5.723,59	2.174,38
Despesas de Representação	603,80	175,21
Limpeza Higiene e Conforto	141.729,70	118.180,90
Outros Serviços Diversos	22,80	0,00
	2.306.348,45	2.025.782,17

20 – Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, nos anos de 2018 e 2017, apresentam o seguinte desenvolvimento:

U – Euros

	2018	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	143.371,80	119.526,38
Remunerações do Pessoal	3.329.249,40	2.964.325,49
Benefícios Pós Emprego	38.988,24	70.936,55
Indemnizações	12.250,40	0,00
Encargos sobre Remunerações	822.604,74	707.687,22
Seguros de Acidentes Pessoais e doenças profissionais	62.386,95	29.009,11
Gastos de Ação Social	29.673,30	20.483,43
Outros Gastos com Pessoal	26.236,72	28.365,13
	4.464.761,55	3.940.333,31

O número médio de pessoas ao serviço da LOTAÇOR, nos exercícios de 2018 e 2017, é de 193 e 186 trabalhadores, respetivamente. Em 2018 foram integrados nos quadros de pessoal da Lotaçor três funcionários da Espada Pescas que se encontravam no quadro dessa empresa à data da fusão.

Os gastos com o pessoal registaram um ligeiro aumento face a 2017, em resultado da reposição dos cortes salariais e descongelamento de carreiras, de acordo com a Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento de Estado 2018).

21 – Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos, dos anos de 2018 e 2017, têm a seguinte composição:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Rendimentos suplementares	72.984,65	57.126,28
Descontos pronto pagamento obtidos	0,00	836,00
Ganhos em inventários (sinistros)	17.544,66	0,00
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	18.402,58	60.751,78
Correções relativas a períodos anteriores	284,86	4.550,32
Imputação de subsídios para investimentos	1.308.723,89	1.458.081,72
Outros rendimentos e ganhos	27.036,21	28.979,86
	1.444.976,85	1.610.325,96

A rubrica de correções relativas a períodos anteriores engloba, essencialmente, o desconhecimento de encargos debitados a clientes e outros devedores que não foram aceites e que só foram resolvidos neste período.

A rubrica de outros rendimentos inclui, predominantemente, os encargos financeiros debitados aos clientes por incumprimento dos prazos de pagamento acordados, que já foram validados e aceites.

22 – Outros gastos

A rubrica de outros gastos, nos anos de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Impostos	173.426,19	221.685,62
Dívidas incobráveis	1.063.526,92	-
Perdas em Inventários	47.177,24	2.662,51
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-	1.141,92
Insuficiência da estimativa para impostos	6.789,40	5.756,23
Juros de mora	14.729,13	21.511,17
Comissões de TPA	12.317,88	12.860,39
Outros Gastos e Perdas	2.401,27	1.498,79
	1.320.368,03	267.116,63

No exercício de 2018, considerou-se incobrável uma dívida de um cliente, que não havia sido considerada em situação de imparidade, declarado insolvente, com sentença de encerramento do processo por inexistência de quaisquer bens suscetíveis de penhora.

23 – Juros, rendimentos e gastos similares

Os juros, rendimentos e gastos similares, dos anos de 2018 e 2017, têm a seguinte composição:

	<i>U – Euros</i>	
	2018	2017
Juros suportados	1.071.432,95	1.058.402,51
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	180.853,24	220.847,81
	1.252.286,19	1.279.250,32

24 – Responsabilidades contingentes

A LOTAÇOR constituiu-se avalista dos empréstimos bancários contraídos pelos armadores, ao abrigo dos protocolos celebrados com os Bancos Santander Totta e Novo Banco dos Açores, LOTAÇOR e Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia que, em 31 de dezembro de 2018, ascendiam a 1.155.025,66 euros de saldo em dívida de empréstimos em curso junto das instituições bancárias (1.586.801,46 euros, em 2017). Nos termos destes protocolos, entretanto extintos, a LOTAÇOR pode reter uma parte ou a totalidade das quantias que lhe forem devidas pela venda do pescado em lota, tendo como limite o montante das prestações vincendas dos empréstimos, até à completa liquidação das dívidas ao banco e à Lotaçor (em caso de incumprimento dos armadores).

A LOTAÇOR é avalista dos seguintes financiamentos junto da banca, no âmbito das necessidades de financiamento da sua subsidiária SANTA CATARINA:

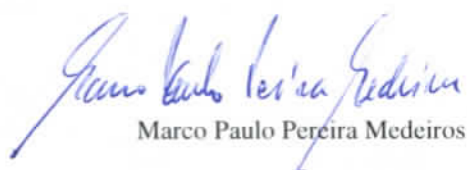
- a) A 5 de abril de 2010, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 1.900.000 euros, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2012;
- b) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 3.438.000 euros, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2013;
- c) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento em conta corrente com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante até 500.000 euros, que se encontrava utilizada em 297.500 euros, pelo prazo de 6 meses renovável por iguais períodos sucessivos;
- d) A 14 de março de 2012 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de cessão de créditos continuados com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 500.000 euros (com variação possível de 10% sobre o montante solicitado), reembolsáveis após 180 dias da data do adiantamento;
- e) A 14 de março de 2012 foi celebrado com Banco Comercial Português um contrato de factoring com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com uma percentagem de adiantamento de 70% sobre o valor da fatura e com um limite de adiantamento de 400.000 euros;
- f) A 6 de dezembro de 2013 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de apoio à tesouraria, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com o limite de 700.000 euros. Em 14 de maio de 2015 o limite máximo passou para 1.000.000 euros;
- g) A 2 novembro de 2015 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores, pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 1.000.000 euros, reembolsáveis após 90 dias da data do adiantamento. Em julho de 2018 o limite máximo passou para 650.000 euros;

- h) A 8 de janeiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira imobiliária, pelo prazo de 240 meses, no montante de 320.000 euros, reembolsável em 240 rendas, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016.
- i) A 4 de fevereiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira, pelo prazo de 36 meses, no montante de 10.500 euros, reembolsável em 36 meses, no montante de 10.500 euros;
- j) A 25 de setembro de 2017 foi celebrado com o Banco Millennium BCP um contrato de locação financeira imobiliária, pelo prazo de 48 meses, no montante de 62.800 euros, reembolsável em 48 rendas, vencendo-se a primeira em setembro de 2017;
- k) A 19 de fevereiro de 2018 foi celebrado com o Banco Millennium BCP um contrato de financiamento de curto prazo, pelo prazo de 12 meses, no montante de 200.000 euros, com reembolso numa única prestação em fevereiro de 2019;
- l) A 14 de março de 2018 foi celebrado com o Banco Millennium BCP um contrato de locação financeira imobiliária, pelo prazo de 36 meses, no montante de 17.000 euros, reembolsável em 36 rendas, vencendo-se a primeira em março de 2018;
- m) Em 23 de julho de 2018 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores designado por "Confirming On-Time Pagamentos", pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 500.000 euros, reembolsáveis após 180 dias da data do adiantamento;
- n) A 8 de agosto de 2018 foi concluída a fusão da COMPANHA com a SANTA CATARINA, pelo que o contrato de financiamento celebrado a 23 de dezembro de 2015, entre a COMPANHA e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 515.000 euros, pelo prazo de 10 anos, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de março de 2016, passou para a SANTA CATARINA sem alteração de condições;
- o) A 18 de novembro de 2018 foi celebrado com a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo um contrato de facilidade de descoberto, no montante até 700.000 mil euros, pelo prazo de 6 meses;

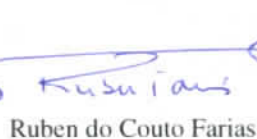
Ponta Delgada, 29 de março de 2019.

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,


Marco Paulo Pereira Medeiros


Cíntia Ricardo Reis Machado


Ruben do Couto Farias


Pedro F. Correia Pacheco

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

ÓRGÃOS SOCIAIS

Curriculum Vitae

Presidente do Conselho de Administração

Cíntia Ricardo Reis Machado

Nasceu a 28 de março de 1976 na Freguesia de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria. É casada e tem dois filhos.

Formação Académica e Atividade Profissional:

Concluiu a Licenciatura em Gestão de Empresas em julho de 1998, na Universidade dos Açores, com a classificação final de 14 valores.

De 15 de abril de 1998 até 31 de janeiro de 2008, foi funcionária do Banco Comercial dos Açores (posteriormente Banif), na Direção de Gestão Global de Risco.

Das principais funções exercidas nesta Instituição Financeira, destacam-se:

- Análise de projetos de investimento;
- Análise de propostas de crédito de particulares de empresas;
- Emissão de pareceres sobre operações de crédito;
- Participação permanente na Comissão Conjunta de Crédito e no Conselho Superior de Crédito, funções exercidas de 1999 até 2008, cujas competências eram análise e decisão de propostas de crédito de empresas e particulares, bem como emissão de pareceres de operações decididas ao nível da Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- Acompanhamento dos projetos ao abrigo do RIME, PROCOM, SIRAPA, SIRALA, Protocolo da Pesca Artesanal, Protocolo do BCA Agricultura;
- Participação em diversos grupos de trabalho no Grupo Banif, no âmbito da implementação de Basileia II e das Imparidades e respetivo acompanhamento;
- Aquando da centralização da Direção de Risco do BCA no Banif, passou a realizar a coordenação da equipa da direção de risco localizada em S. Miguel, com respetivo reporte a Lisboa.

De 1 de fevereiro de 2008 até 12 de outubro de 2010, exerceu as funções de Diretora-geral Financeira do Grupo Marques, composto por cerca de 14 empresas nas áreas da construção civil, comércio de materiais de construção, distribuição alimentar e saúde, cujos funcionários diretos eram mais de 1.500.

Das principais funções exercidas neste Grupo, destacam-se:

- Supervisão das atividades de tesouraria e de gestão de crédito no Grupo tendo em atenção os fatores associados de risco e liquidez, incluindo pagamentos, recebimentos, controlo de contas bancárias, financiamentos bancários, linhas de crédito e todas as atividades relacionadas;
- Assegurar as relações com as Instituições Financeiras e Seguradoras que trabalham com o Grupo;
- Supervisão e coordenação do reporting do Grupo fornecido aos parceiros sociais da empresa.
- Elaboração dos planos e orçamentos financeiros anuais em todo o Grupo;
- Acompanhamento da elaboração dos orçamentos financeiros mensais em todo o Grupo;

- Liderar a gestão e implementação das políticas e dos objetivos financeiros do Grupo assegurando o melhor equilíbrio da sua estrutura de capital.

De 12 de outubro de 2010 a 30 de abril de 2014, exerceu as funções de Vogal Executiva do Conselho de Administração da Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA.

Desde 16 de setembro de 2011, exerce as funções de Vogal Não Executiva do Conselho de Administração de Santa Catarina - Indústria Conserveira, SA.

Desde 30 de abril de 2014, exerce as funções de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA.

Outras Formações:

- Normas Internacionais de Contabilidade – OTOC - 2 de outubro de 2008;
- Orçamento de Estado para 2009, Encerramento de Contas de 2008 – OTOC - 26 de janeiro de 2009;
- Estrutura Conceptual (SNC) e os Novos Modelos de Relato Financeiro; Fiscalidade em Função dos Documentos – OTOC – 6 de julho de 2009;
- Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC - 18 de setembro de 2009;
- Sistema de Normalização Contabilística – OTOC – 28 de setembro de 2009;
- Curso de Formação Profissional “Novo Modelo de Normalização Contabilística” – AEP/CCIPD – 2 a 11 de novembro de 2009;
- Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC – 18 de novembro de 2009;
- Formação em Balanced Scorecard – PREMIVALOR – 6 e 7 de janeiro de 2011;
- Conferência sobre “O Código dos Regimes Contributivos da Segurança Social” – PLMJ – Sociedade de Advogados, RL e BPLD & A Sociedade de Advogados, RL - 24 de janeiro de 2011.
- Seminário “A prospetiva estratégica para as empresas e os territórios” – Teatro Micaelense – Centro de Cultura e Congressos de Ponta Delgada; Prof. Michel Godet e Dr. Rui Bettencourt - 21 de julho de 2011.
- Orçamento de Estado 2012; Encerramento de Contas de 2011 – OTOC – 30 de janeiro de 2012.
- Desafios Fiscais 2012 – UHY & Associados, SROC, LDA – 16 de fevereiro de 2012.
- Programa *Advance* Gestão – NOVA School of Business & Economics - 10 de outubro a 23 de novembro de 2012.
- Diversas formações realizadas no Instituto de Formação Bancária e na Global Estratégias.

Informação Adicional

- Membro da Ordem dos Economistas.
- Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados, desde 1998, com o nº 61058.
- Em junho de 2006, recebimento do prémio “*Dignitas 2005 – Labor Omnia Vincit*”, do Banco Comercial dos Açores, destinado a premiar a Conduta Exemplar, a Excelência do Desempenho e a Sentida Vivência dos Valores do Banco.
- Em dezembro de 2014, a convite da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, participou na Conferência “Pescas nas Regiões Ultraperiféricas”, onde fez uma apresentação sobre “Pescas nos Açores - Aspectos Económicos: Mercados”.
- Entre 27 de fevereiro e 17 de março de 2017, a convite do Governo dos Estados Unidos da América, participou no *International Visitors Leadership Program*, no âmbito de um projeto especial para a Europa.

O programa iniciou-se em Washington D.C., seguindo-se Nova Iorque, Detroit e São Francisco, e introduziu os participantes aos mercados financeiros dos EUA, seus contextos domésticos e globais, e às perspectivas dos EUA sobre questões económicas e monetárias internacionais. Este projeto permitiu uma compreensão da experiência dos EUA em finanças bancárias e do setor público e privado e apresentou os participantes ao sistema de regulação financeira. O projeto examinou as medidas recentes do Governo dos EUA tomadas para sustentar as indústrias dos EUA e avaliar o impacto continuado dessas estratégias nas economias dos EUA e da economia global. Houve também a oportunidade de examinar mais de perto os efeitos da política financeira sobre o comércio, o desenvolvimento económico e empresarial local ou a gestão financeira do setor público. Os participantes reuniram-se com empresas locais, empresários e funcionários governamentais, de modo a examinar como as empresas e as comunidades resistiram à crise financeira global, facilitaram a promoção do comércio e atraíram o investimento estrangeiro. Este projeto foi preparado para funcionários do governo; líderes políticos; profissionais sem fins lucrativos; membros da comunidade empresarial e académica; especialistas em finanças e investimento; e jornalistas que cobrem finanças, negócios, políticas públicas e economia. Foi composto por 21 participantes de 19 países europeus e foi uma experiência com um elevado nível de enriquecimento pessoal e profissional.

Vogal Executivo do Conselho de Administração

Ruben do Couto Farias

Nasceu a 1 de novembro de 1976 na Freguesia de Rabo de Peixe, Ilha de São Miguel. É casado e tem três filhas.

Formação Académica

2011 - Mestrado em Ciências Económicas e Empresarias;

2008 - Relações Públicas e Comunicação – Minor de Economia e Gestão;

1996 - Ensino Secundário – Escola Secundária da Ribeira Grande.

Formação Complementar/Profissional

CAP - Formação Inicial Pedagógica de Formadores – ENTA (2008).

Outras qualificações

Bons conhecimentos de informática, na ótica do utilizador.

Inglês e Francês – Fluente.

Experiência Profissional

2008 - 2014 Diretor Administrativo e Financeiro da Escola Profissional de Ribeira Grande

2002 - 2008 Comercial –Auto Elgê (Nissan)

1996 - 2002 Lecionou Educação Musical (Ensino Público)

1994 - 1996 Administrativo, na Secretaria da Escola BI Rui Galvão de Carvalho.

Informações complementares

2011 - 2014 Presidente/Fundador da APRAP – Associação de Pescas de Rabo de Peixe.

2009 - 2018 Presidente da Direção do Clube Naval de Rabo de Peixe.

2006 - 2009 Presidente da Direção do Clube Atlético de Rabo de Peixe.

1996-2009 Escoteiro Chefe de Tribo - *de 1994 a 2005*

- Medalha de Agradecimento por Bons Serviços – 2009
- Medalha de Dedicção – 2004
- Louvor por Dedicção e Empenho – 2000

Publicações

Livro – “Hominis Aqua” – A comunidade Piscatória de Rabo de Peixe – ISBN978-989-20-5795-8

Projetos

Membro do Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Pescas dos Açores – Despacho 492/2016 de Sua Ex^a o Presidente do Governo Regional.

Criador/ Coordenador do Festival do Caldo de Peixe (Promoção do Pescado dos Açores).

Coordenador do Seminário Anual – Mar, Gastronomia e Inovação.

Seminários

Participação em diversos seminários/ congressos/ apresentações regionais, nacionais e internacionais, no setor das Pescas.

Interesses

Guitarra Clássica - 3º Grau do Conservatório Regional de Ponta Delgada

Náutica de Recreio – Patrão Local - 2005

Caça – Carta de caçador (Regional) - 2003

Cinema e leitura.

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração

Pedro Filipe Correia Pacheco

Nasceu a 17 de março de 1984 na Freguesia de São José, Ilha de São Miguel. É casado e tem um filho.

Experiência Profissional

1-10-2008 a 19-08-2010

STAL – Sociedade Técnica Açoreana Lda

Sector da Construção Civil e Obras Públicas.

Diretor de Obra Adjunto.

Responsabilidades na Gestão e Direção de Obras.

1-09-2010 a 6-11-2017

Lotaçor S.A. – Serviço de Lotas dos Açores

Sector da Gestão de Lotas e Entrepasto, Agro-Alimentar e Gestão de Portos de Pescas.

Técnico Superior.

Coordenação de Projetos; Acompanhamento/Fiscalização de Obras.

7-11-2017 – Até à data

Gabinete do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia; Edifício do Relógio, Colónia Alemã (Horta)

Administração Pública Regional.

Assessor Técnico.

Assessoria Técnica, Coordenação de Projetos, Acompanhamento/Fiscalização de Obras.

1-01-2014 – 6-11-2017

Lotaçor S.A. – Serviço de Lotas dos Açores

Sector da Gestão de Lotas e Entrepasto, Agro-Alimentar e Gestão de Portos de Pescas.

Técnico Superior de Segurança no Trabalho.

Corresponsável pela área da segurança no trabalho da empresa.

Formação Académica e profissional

Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP).

Seminários: Compensação de nivelamentos geométricos fechados pelo Método dos Mínimos Quadrados, Exploração de Modernas Plataformas de Visualização Geográfica.

Licenciatura Bietápica em Engenharia Civil.

23-09-2002 a 10-11-2006

Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP)

Seminário: Dimensionamento/proteção de pilar/viga já existentes – aço/betão/madeira, para R90.

Bacharelato em Engenharia Civil.

27-09-2012 a 22-06-2013

Universidade dos Açores

Análise de riscos, segurança no trabalho, avaliação de impacto ambiental, tecnologias ambientais, energia dos recursos naturais e ambientais.

Pós-Graduação em Ambiente Saúde e Segurança.

17-09-2008 a 25-10-2008

Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Curso Inicial de Formação Pedagógica de Formadores.

22-07-2013 a 27-07-2013

SGS

Auditor Interno de Segurança com base no referencial OHSAS 18001.

Aptidões e Competências Pessoais

Domínio do software Office (Word, Excel, Power Point) e do AutoCAD 2D.

Conceitos de Microsoft Project.

Inglês e Francês – Fluente

Carta de condução B1 e B.

Aptidões e Competências sociais

- Espírito/trabalho em equipa;

- Sentido de responsabilidade;

- Vogal da Direção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto nos mandatos de 2004, 2006 e 2007;

- Vice-presidente da Assembleia Geral da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto no mandato de 2008;

- Membro da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões da Lotaçor S.A. entre 2016 a 2017.

Aptidões e Competências de Organização

- Membro do Departamento Informativo da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto nos mandatos de 2006 e 2007;

- Formação interna sobre Planos de Emergência Internos, Avaliação de Riscos;

- Organização do evento de caridade “Rock for Charity” 1ª e 2ª.

Informações Adicionais

Acompanhamento de Obras Públicas em representação da Região Autónoma dos Açores:

Empreitada de Ampliação do Porto de Pescas de Rabo de Peixe, Ilha de São Miguel

Secretaria Regional do Ambiente e Mar/Secretaria Regional dos Recursos Naturais/Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Duração: agosto 2012 a julho 2014;

Valor: 14.025.000,01€ (S/IVA);

Molhe-Cais, Terrapleno, Pontes-Cais, Infraestruturas de Apoio Portuário, Dragagens

Empreitada de Melhoramento da Operacionalidade do Porto da Povoação, Ilha de São Miguel

Secretaria Regional dos Recursos Naturais/Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Duração: fevereiro 2013 a fevereiro 2015;

Valor: 3.485.000,01€ (s/IVA);

Quebra-Mar, Cais acostável, assinalamento marítimo, dragagens.

Empreitada de Melhoramento da Operacionalidade do Porto de Pescas do Porto Judeu, Ilha Terceira

Secretaria Regional dos Recursos Naturais/Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Duração: agosto 2012 a fevereiro 2014;

Valor: 892.000€ (s/IVA)

Molhe-Cais, rampa de varadouro, assinalamento marítimo

Empreitada de Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel

Secretaria Regional dos Recursos Naturais/Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Duração: abril 2014 a dezembro 2015;

Valor: 4.311.000,01€ (s/IVA).

Instalação Industrial de frio com câmara de conservação de congelados (1200T de capacidade), túneis de congelação, tanques de salmoura

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**



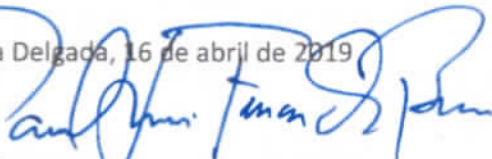
Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da **LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto nas matérias a que se refere a Certificação legal das Contas com reservas emitida nesta data e que faz parte integrante deste relatório.
5. A Entidade encontra-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, que exige que sejam desenvolvidas medidas que possam garantir a sua futura sustentabilidade financeira, sendo a concretização dessas medidas essenciais para salvaguardar a continuidade das operações e, conseqüentemente, da liquidação dos passivos, as quais exigem um esforço financeiro suplementar por parte do acionista único em disponibilizar os fundos financeiros necessários ou da revisão das condições financeiras contratadas com as instituições financeiras.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 39.597.935 euros e um total de capital próprio de 1.160.677 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 856.889 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no número 1 da secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 2 da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Como explicado na Nota 9 do Anexo, a subsidiária SANTA CATARINA, que é integralmente detida pela Entidade e incluída nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação integral, está escriturada como investimento financeiro reduzido a zero. Os capitais próprios negativos ascendem a 19.666.909 euros em 31 de dezembro de 2018 (não corrigidos das reservas efetuadas na Certificação Legal das Contas emitida em referência a essa data), caso não estivessem beneficiados de 13.595.729 euros, montante que foi disponibilizado para financiamento das suas necessidades financeiras e que está evidenciado nas demonstrações financeiras como um ativo a receber classificado conforme a maturidade estabelecida com o acionista único. Na sequência do acumular de prejuízos, que neste período ascenderam a 976.726 euros, que não têm sido reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo facto de a Administração entender que estes serão atribuídos ao acionista único nos termos do acordo financeiro estabelecido, a subsidiária tem incumprido nas obrigações contratuais e fiscais, estando a sua capacidade de operar em continuidade dependente do apoio financeiro da Entidade, que sublinhe-se se tem endividado significativamente com o propósito de a financiar. Nestas circunstâncias, e tendo presente que existe uma decisão por parte do Governo Regional dos Açores de se proceder à sua eventual alienação, não nos é possível determinar as potenciais imparidades e responsabilidades financeiras que a Entidade terá de assumir.



2. As imparidades das contas a receber são determinadas com base em critérios económicos assentes na análise dos saldos que potenciam perdas esperadas na sua futura recuperação. Não obstante, as negociações que têm vindo a decorrer com clientes com saldos de antiguidade significativa e as diligências desenvolvidas com vista à sua boa cobrança, de cujo êxito consideramos depender a substancial realização destes ativos, observa-se que, apesar desses esforços continuados, subsistem saldos significativos que ultrapassam os prazos normais de cobrança e, deste modo, entendemos que o saldo das perdas por imparidade acumuladas das contas a receber deveria ser reforçado no montante aproximado de 500 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

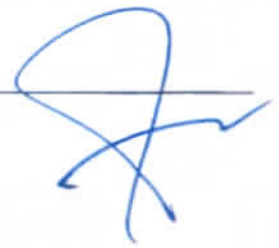
Incerteza material relacionada com a continuidade

A Entidade encontra-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, que exige que sejam desenvolvidas medidas que possam garantir a sua futura sustentabilidade financeira. A constância de resultados operacionais negativos nos últimos anos e a necessidade de dotar a subsidiária de fundos financeiros tem produzido efeitos fortemente negativos na tesouraria de exploração de tal forma que existe um desequilíbrio acentuado entre os ativos e passivos correntes em 31 de dezembro de 2018, cujo agravamento poder-se-á acentuar se o desempenho operacional da subsidiária continuar a ser insuficiente para compensar as suas necessidades financeiras. Nesta conformidade, a liquidação dos passivos está em alguma extensão dependente, para além da inversão dos resultados negativos, de um esforço financeiro suplementar por parte do acionista único em disponibilizar os fundos financeiros necessários ou da revisão das condições financeiras contratadas com as instituições financeiras e, deste modo, se possa considerar apropriado o pressuposto da continuidade adotado na preparação das demonstrações financeiras, que não incluem a este respeito qualquer ajustamento.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade individual e irão ser também preparadas e aprovadas em separado demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira, o resultado das operações, as alterações no capital próprio e os fluxos consolidados de caixa da Entidade e da subsidiária.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

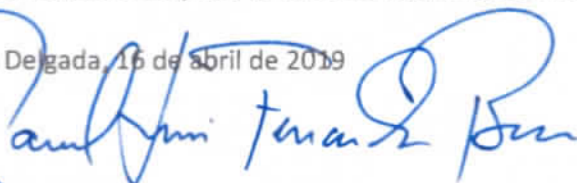
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luis Fernandes Branco (ROC nº 652)



www.lotacor.pt

LOTAÇOR - SERVIÇO DE LOTAS DOS AÇORES, S.A.

RUA ENG. ABEL FÉRIN COUTINHO, 15
9500-191 PONTA DELGADA
TEL: 296302580 • FAX: 296302589
info@lotacor.pt

